

Processo n.º 468/2026
Pregão n.º 90019/2026
ID CiudadES n.º 2026.500D1400001.01.0016

EDITAL N.º 90019/2026
(PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME E EPP)

A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, sediada na Praça Manoel Silvino Monjardim, 54, Centro, Vitória/ES, CEP 29.010-520, por intermédio deste Agente de Contratação/Pregoeiro, designado pela Portaria DPES n.º 145, publicada em 1º de fevereiro de 2024, torna pública, para conhecimento das empresas interessadas, na forma da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto Estadual n.º 5354-R-2023 e demais normas aplicáveis, a abertura de licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, pelo sistema de **REGISTRO DE PREÇOS** conforme as regras descritas neste Edital.

Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicados, far-se-á a abertura da Sessão Pública de Pregão Eletrônico, por meio de Sistema Eletrônico Compras.gov.br.

DATA: 30/06/2026

HORÁRIO DE BRASÍLIA: 10h30min

SÍTIO ELETRÔNICO OFICIAL: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

UASG: 926622

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP: SIM, PARA TODOS OS ITENS

MODULO DE DISPUTA: ABERTO-FECHADO

PERMITE CONSÓRCIO: NÃO

PERMITE SUBCONTRATAÇÃO: SIM

OBSERVAÇÃO: Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema aos participantes no sítio eletrônico oficial <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto do presente pregão é a seleção da proposta mais vantajosa para o **registro de preços para a eventual** fornecimento de eletrodomésticos, de acordo com os termos e especificações estabelecidas no

Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar, Anexos I e II deste Edital.

1.2. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no Sistema de Compras Governamental e as constantes deste edital, prevalecerão as últimas.

1.3. As especificações e o valor unitário e total estimado para a contratação encontram-se descritos no modelo de proposta, que constitui o Anexo III deste Edital.

OBS: Os valores apresentados do Estudo Técnico Preliminar são estimativos iniciais à contratação não devendo ser confundidos com os valores máximos permitidos para esse certame, sendo o mesmo disposto no ANEXO III.

2. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

2.1. Até às 23h59min (horário de Brasília) do terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, **poderá impugnar** o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico licitacao@defensoria.es.def.br.

2.2. Compete ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação.

2.3. A impugnação não enseja efeito suspensivo automático, devendo a Administração respondê-la em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.

2.4. Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

2.5. Não colhida a impugnação contra este edital, a Decisão do Pregoeiro será encaminhada a Autoridade Competente para manutenção ou não da decisão.

2.6. Os **pedidos de esclarecimentos** deverão ser enviados ao Pregoeiro até às 18h (horário de Brasília) do terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico licitacao@defensoria.es.def.br.

2.7. O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, prestará os esclarecimentos solicitados em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.

2.8. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no Sistema Eletrônico Compras.gov.br para os interessados.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e perante o Sistema de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>).

3.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (SEGES), onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento, bem como receber as instruções detalhadas de sua correta utilização.

3.1.2. O uso da senha de acesso é de responsabilidade exclusiva da licitante, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou a Defensoria Pública responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda

que por terceiros.

3.2. Somente poderão apresentar proposta as empresas legalmente estabelecidas, especializadas no ramo, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos, que atenderem todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste edital e seus anexos, e que satisfaçam às condições deste edital e seus anexos.

3.3. Não poderão participar da presente licitação, direta ou indiretamente, isoladamente ou em consórcio, empresas ou sociedades cooperativas que, por qualquer motivo:

3.3.1. tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta em qualquer esfera de Governo, tendo por fundamento o art. 87, IV, da Lei n.º 8.666/1993 ou o art. 156, IV, da Lei n.º 14.133/2021;

3.3.2. estejam impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002 e/ou do art. 156, III, da Lei n.º 14.133/2021;

3.3.3. tenham sido punidas com a suspensão do direito de licitar ou contratar com a Defensoria Pública, nos termos do art. 87, III, da Lei n.º 8.666/1993;

3.3.4. estejam elencadas no art. 14 da Lei n.º 14.133/2021;

3.3.5. encontrem-se em processo de dissolução ou liquidação;

3.3.6. constituam sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

3.3.7. em razão da prática de ato de improbidade administrativa, o sócio majoritário esteja proibido de contratar com o poder público, nos termos do art. 12 da Lei n.º 8.429/92.

3.4. A fim de verificar as condições de participação previstas neste Capítulo, o Pregoeiro realizará consulta nas seguintes bases de dados:

3.4.1. SICAF e Relação de Servidores disponíveis no Portal da Transparência do Defensoria Pública, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda o art. 14, IV, da Lei n.º 14.133/2021;

3.4.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

3.4.3. Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), no endereço <https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>;

3.4.4. Consulta ao Sistema Inabilitados e Inidôneos, mantido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), no endereço: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>.

3.5. Constatada a ocorrência objetiva de uma das hipóteses de impedimento de participação previstas neste Capítulo, o Pregoeiro relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria e, eventualmente, a comprovação do afastamento dos efeitos da causa impeditiva de participação no certame.

3.6. As sociedades cooperativas poderão participar deste certame desde que satisfaçam os requisitos estipulados pelo art. 16 da Lei n.º 14.133/2021.

3.7. É vedada a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio, tendo em vista a baixa complexidade do objeto a ser contratado.

4. DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA

4.1. A licitante deverá cadastrar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

4.2. A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico o preço total de cada item, observados o quantitativo e a unidade fornecimento do objeto a ser contratado, conforme o Termo de Referência (Anexo I).

4.2.1. Os valores deverão ser expressos em algarismo arábico, na moeda Real, considerados apenas até os centavos, compreendendo todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto deste edital, em especial o frete, tributos e encargos sociais.

4.2.2. Não será aceita proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto neste Edital.

4.3. Para o adequado cadastramento da proposta, a licitante deverá consignar, nos campos próprios, as informações exigidas pelo sistema, observando, para tanto, as especificações do objeto constantes deste Edital.

4.4. O campo 'Descrição Detalhada do Objeto Ofertado' será destinado às informações complementares da proposta.

4.5. A omissão de quaisquer informações que trata o item anterior, implica a aceitação, por parte da licitante proponente, daqueles indicados neste edital.

4.6. Não serão classificadas as propostas em desconformidade com este edital.

4.7. A licitante deverá preencher, em campo próprio do sistema eletrônico, as declarações:

4.7.1. de condições de participação:

- a) sobre ciência do edital;
- b) sobre inclusão de custos para atender obrigações trabalhistas.

4.7.2. para fins de habilitação:

- a) sobre atendimento aos requisitos de habilitação;
- b) sobre inexistência de impedimento à habilitação;
- c) sobre cumprimento das reservas de cargos previstas em lei e em outras normas específicas, se aplicável;
- d) sobre conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- e) sobre ausência de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir de quatorze anos.

4.7.3. de cumprimento da legislação trabalhista:

- a) sobre inexistência de tratamento desumano ou degradante;
- b) sobre cumprimento às exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras

normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, se aplicável.

4.8. A licitante que se enquadre na definição de microempresa ou empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa e queira se valer dos direitos de preferência previstos na Lei Complementar n.º 123/2006, ou queira participar da licitação, deverá declarar em campo próprio do sistema.

4.9. Uma vez certificada após o devido processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, a declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital, sem prejuízo de outras previstas em lei.

4.10. Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta cadastrada.

4.11. As propostas terão validade mínima de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

4.11.1. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

4.12. A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste edital e seus anexos.

5. DA SESSÃO PÚBLICA

5.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

5.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (“chat”).

5.2.1. Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, a licitante deverá formalizar o apontamento, de imediato e exclusivamente, pelo e-mail licitacao@defensoria.es.def.br, sob pena de preclusão da oportunidade de alegação da matéria, devendo o Pregoeiro registrar o fato no “chat” e relatar o teor das comunicações.

5.3. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.

5.4. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

5.5. No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após comunicação expressa aos participantes no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

5.6. O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no “chat”, os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

6. DO INÍCIO DA DISPUTA E DA VERIFICAÇÃO DE CONFORMIDADE DAS PROPOSTAS

6.1. A fase de lances deste Pregão será processada pelo **modo de disputa “ABERTO-FECHADO”**.

6.2. A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, ressalvado o disposto no item 6.3.

6.3. Durante a etapa de envio de lances, tendo por fundamento o disposto nos arts. 5º, 9º e 11 da Lei n.º 14.133/2021, o Pregoeiro poderá desclassificar a proposta que possa comprometer a regularidade do certame, a dinâmica da disputa e/ou causar prejuízo à competitividade do processo licitatório, assim compreendidos:

6.3.1. proposta que apresente objeto em manifesta desconformidade com as características especificadas no edital ou que apresente elemento que possibilite a pronta identificação da licitante;

6.3.2. proposta com preços manifestamente inconsistentes ou com presunção absoluta de inexequibilidade.

6.3.2.1. Serão considerados preços manifestamente inconsistentes quando ofertado valores ou percentuais simbólicos ou irrisórios, claramente incompatíveis com os praticados pelo mercado.

6.4. Mediante despacho fundamentado registrado no sistema e acessível a todos, o Pregoeiro apresentará as razões para a prévia desclassificação da proposta, esclarecendo os motivos que ensejaram a decisão em vista do disposto no item 6.3.

7. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. Para a formulação dos lances, a licitante deverá observar o **intervalo mínimo de R\$ 0,01 (um centavo)**.

7.2. Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e do valor consignados no registro de cada lance.

7.3. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

7.4. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

7.5. Havendo empate entre as ofertas, o sistema aplicará, sucessivamente, o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006 e, após, se for o caso, os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei n.º 14.133/2021.

7.5.1. Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplica-se o disposto no subitem anterior.

7.5.2. Persistindo o empate após a aplicação dos critérios referidos nos subitens anteriores, o desempate ocorrerá por meio de sorteio eletrônico a ser realizado pelo sistema.

7.5.3. Não será aplicado o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006 na hipótese estabelecida no §1º do art. 4º da Lei n.º 14.133/2021.

7.6. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

7.7. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.8. Durante a “etapa aberta” da fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir o lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

7.9. A possibilidade de exclusão de lance inexecutável por parte do Pregoeiro não desonera a licitante da responsabilidade pelo registro da oferta, ainda que haja erro manifesto.

8. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

8.1. Aplicam-se à presente licitação as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar n.º 123/2006, salvo nas hipóteses previstas no §1º do art. 4º da Lei n.º 14.133/2021.]

8.1.2. **A presente seção somente será aplicada em relação aos itens ou grupos não exclusivos para participação de microempresas (ME's) e empresas de pequeno porte (EPP's).**

8.2. Somente farão jus aos critérios de preferência estabelecidos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006, as licitantes que se enquadrem nos termos do art. 3º do mesmo diploma legal e do §2º do art. 4º da Lei n.º 14.133/2021, devendo declarar tal condição em campo próprio do sistema na oportunidade de cadastramento da proposta.

8.3. Havendo participação de microempresas e/ou empresas de pequeno porte na sessão de lances nos termos do subitem anterior, serão observados os critérios de preferência estabelecidos nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006.

8.3.1. Encerrada a fase de lances, caso a melhor oferta não tenha sido formulada por microempresa ou empresa de pequeno porte e haja proposta apresentada por alguma licitante enquadrada na condição de ME/EPP, com valor até 5% (cinco por cento) superior àquela melhor oferta, proceder-se-á da seguinte forma:

- a) a microempresa ou empresa de pequeno porte será convocada a apresentar nova oferta que supere aquela considerada melhor classificada, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito de preferência, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será declarada vencedora do certame;
- b) não sendo vencedora da fase de lances a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na condição de ME/EPP e cujas ofertas estejam dentro do limite fixado no caput deste subitem, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

8.3.2. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem anterior, será considerada como vencedora da fase de lances a licitante que, originalmente, tenha apresentado a melhor oferta durante a disputa.

9. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

9.1. Será considerada vencedora a proposta de **menor valor total do item**, desde que atendidas as especificações constantes deste Edital.

9.1.1. Não serão aceitas propostas cujo valor unitário de cada item seja superior ao valor estimado para a contratação, apurado na pesquisa de preços.

9.1.2. No caso de a proposta do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar conter itens com valores superiores aos estimados, o pregoeiro poderá negociar a redução destes até o valor aceitável.

9.2. O objeto deste pregão será adjudicado por item ao licitante cuja proposta seja considerada

vencedora.

10. DA NEGOCIAÇÃO

10.1. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, nos termos do art. 61 da Lei n.º 14.133/2021, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com a licitante mais bem classificada, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

10.1.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

10.1.2. Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação.

11. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

11.1. O Pregoeiro solicitará à licitante vencedora o envio da proposta de preços formatada de acordo com o Anexo III do Edital e devidamente adequada ao último lance, por meio de campo próprio do sistema.

11.1.1. Deverá constar na Proposta Atualizada:

- a) Indicação dos valores unitários dos itens e totais por lote, no modelo apresentado em campo próprio do sistema provedor;
- b) Prazo de Validade da Proposta: não deverá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação. Na ausência de indicação expressa do prazo de validade, considerar-se-á tacitamente indicado o prazo de 60 (sessenta) dias;
- c) Quando exigido, a indicação da marca, que deverá ser idêntica à apresentada inicialmente, quando do cadastramento da proposta comercial preliminar, no sistema provedor;
- d) Quando exigido, a indicação da modalidade de Garantia Contratual, conforme art. 96, §1º da Lei 14.133/2021.

11.2. Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio da proposta pelo sistema, será admitido o envio do respectivo arquivo para o e-mail licitacao@defensoria.es.def.br, devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no “chat” a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.

11.3. O prazo para envio da proposta será de 3 (três) horas a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado ou diminuído, motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

11.3.1. Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

11.4. O Pregoeiro poderá solicitar a apresentação de folders, prospectos e outros documentos ou materiais de divulgação que contenham informações técnicas e detalhamentos acerca dos produtos e/ou equipamentos ofertados, antes mesmo da apresentação de eventual amostra.

11.4.1. A apresentação dos materiais e documentos a que se refere o subitem 11.4 não desonera a licitante da obrigação de apresentar amostras que venham a ser solicitadas pela Defensoria Pública.

11.5. Em caso de não envio da proposta no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida

pelo Pregoeiro, a licitante será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

11.6. A proposta será desclassificada quando:

- a) conter vícios insanáveis;
- b) não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- c) apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do valor máximo aceitável para a contratação;
- d) não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração; e
- e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

11.7. A Defensoria Pública poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir do licitante que ela seja demonstrada, conforme disposto na alínea “d” acima.

11.7.1. Se houver indícios de inexequibilidade relativa da proposta, o Pregoeiro deverá assegurar à licitante a oportunidade de demonstração e comprovação da viabilidade financeira e econômica da oferta.

11.8. O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade com as especificações técnicas estabelecidas no edital e quanto ao preço ofertado, que não poderá ser superior ao valor máximo aceitável constante no Anexo III.

11.9. O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo a complementação de informações e a juntada posterior de documentos complementares à proposta.

11.10. Havendo falhas na proposta, o Pregoeiro deverá empreender diligências para a sua correção e/ou saneamento, de modo que a desclassificação da proposta somente será cabível se os vícios porventura existentes forem insanáveis, observando-se, para tanto, o disposto no inciso III do art. 12 da Lei n.º 14.133/2021.

12. DA AMOSTRA

12.1. Não será exigida amostra para esse certame.

13. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA, FISCAL E TRABALHISTA

13.1. A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF, Nível I ao VI do Cadastro de Pessoa Jurídica, e da documentação especificada neste edital.

13.1.1. Diante da expiração de validade dos documentos registrados no SICAF referentes aos Níveis III, IV e VI, as licitantes deverão apresentar documentação complementar, a fim de suprir tais exigências, observado em relação às empresas enquadradas como ME/EPP o disposto no art. 43, §1º, da Lei Complementar n.º 123/2006.

13.2. Para fins de habilitação jurídica, o Pregoeiro verificará a compatibilidade entre o objeto do certame e as atividades previstas como “objeto social” no ato constitutivo das licitantes, conforme natureza da pessoa jurídica.

13.3. Caso os documentos de habilitação jurídica, fiscal e trabalhista não estejam atualizados no SICAF, para fins de habilitação a licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

13.3.1. Quanto à **habilitação jurídica**:

- 1) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- 2) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e sua Consolidação ou alterações em vigor;
- 3) Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- 4) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de documentos de eleição da diretoria em exercício;
- 5) Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, em se tratando de Microempreendedor Individual.

13.3.2. Quanto à **Regularidade Fiscal e Trabalhista**:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de Regularidade referente aos Tributos Federais;
- d) Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Estado onde for sediada a empresa;
- e) Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Município onde for sediada a empresa, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;
- f) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- g) Prova de Inexistência de Débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

14. DA COMPROVAÇÃO DA CAPACIDADE TÉCNICA

14.1. Para fins de habilitação técnica, não será exigida a apresentação de atestados de capacidade técnica.

14.2. A comprovação da aptidão técnica e da regularidade operacional da licitante dar-se-á mediante o cumprimento integral das exigências estabelecidas no subitem 11.5 do Termo de Referência.

15. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

15.1. Para fins de qualificação econômico-financeira, será exigida:

15.1.1. **Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

15.1.1.1. As empresas que apresentarem certidão positiva de recuperação judicial poderão participar desta licitação desde que o Juízo em que tramita o procedimento dispense a apresentação da Certidão Negativa de Recuperação Judicial ou certifique que a empresa está em condições de contratar com a Administração Pública;

15.1.1.2. O fato de o licitante encontrar-se em situação de Recuperação Judicial não o exime de comprovar sua qualificação econômico-financeira, pela apresentação de índices ou comprovação de Capital Social/Patrimônio Líquido mínimo, na forma exigida neste instrumento.

16. DOS OUTROS DOCUMENTOS

16.1. A licitante deverá preencher em campo próprio do sistema, sob pena de inabilitação, as declarações indicadas no subitem 4.7 deste edital.

16.2. Os documentos exigidos nesta seção que não estejam contemplados no SICAF ao tempo da consulta pela Administração, deverão ser enviados por meio do sistema, quando solicitado pelo Pregoeiro, até a conclusão da fase de habilitação.

16.3. O prazo para envio dos documentos de que trata essa seção e de no mínimo, 60 (sessenta) minutos, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

16.4. Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

16.5. Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

16.6. O licitante se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos por ele encaminhados.

16.7. Havendo dúvida razoável quanto à autenticidade ou em razão de outro motivo devidamente justificado, o Pregoeiro, a qualquer momento, poderá solicitar ao licitante o envio, em original ou por cópia autenticada, dos documentos remetidos nos termos do item anterior.

16.8. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados à Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo, no endereço constante do rodapé) ao cuidados do Pregoeiro, no prazo estipulado pelo Pregoeiro.

16.9. Encerrado o prazo para envio da documentação complementar, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação para:

- a) a aferição das condições de habilitação da licitante decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- c) a apresentação de documentos de cunho declaratório emitidos unilateralmente pela licitante.

16.10. A apresentação de documentos complementares ou substitutivos será realizada conforme as regras previstas nesta seção, findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

16.11. Caso seja necessário, para fins de confirmação, complementação, esclarecimento ou saneamento da documentação de habilitação, ou, ainda, nas hipóteses admitidas no item 12.6, o Pregoeiro, a título de diligência, poderá solicitar à licitante o envio de documentação complementar, por meio do campo de “anexos” do sistema.

16.12. Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio pelo sistema, será admitido o envio dos respectivos documentos para o e-mail licitacao@defensoria.es.def.br, devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no “chat” a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.

16.13. Os documentos de habilitação deverão se referir à empresa licitante, salvo quando,

comprovadamente, após a data de emissão dos respectivos documentos, haja superveniente alteração contratual ou transferência de acervo técnico.

16.14. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

16.15. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da empresa licitante e com indicação do número do CNPJ e endereço.

16.15.1. Se o licitante for participar por meio da matriz, todos os documentos deverão estar em nome desta, exceto quando expressamente ampliada a validade para todos os estabelecimentos da empresa, matriz e filiais.

16.15.2. Se o licitante for participar por meio da filial, todos os documentos deverão estar em nome desta, exceto quando expressamente ampliada a validade para todos os estabelecimentos da empresa, matriz e filiais.

16.16. Para fins de verificação das condições de habilitação, o Pregoeiro poderá, diretamente, realizar consulta em sítios oficiais de órgãos e entidades cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública, constituindo os documentos obtidos como meio legal de prova.

16.17. As microempresas ou empresas de pequeno porte, assim declaradas para efeito dos benefícios da Lei Complementar n.º 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

16.18. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, na forma do art. 43, § 1º, da Lei Complementar n.º 123/2006;

16.19. A não regularização dos documentos, no prazo previsto no subitem acima, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no §5º do art. 90 da Lei n.º 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

16.20. O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será habilitante, quando o intervalo entre a sua data de expedição ou de revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos.

16.21. Excetua-se o documento que, por imposição legal, tenha prazo de vigência indeterminado.

17. DAS OCORRÊNCIAS IMPEDITIVAS INDIRETAS

17.1. Na fase de habilitação, caso conste do SICAF a existência de “Ocorrências Impeditivas Indiretas” em relação à primeira classificada no certame, com fundamento no art. 160 da Lei n.º 14.133/2021, o Pregoeiro deverá promover diligências para o levantamento de conjunto de indícios no sentido de analisar a configuração da tentativa de fraude ou burla aos princípios estabelecidos no art. 5º da Lei n.º 14.133/2021 ou da configuração das hipóteses previstas no art. 5º, IV, “e”, e no art. 14 da Lei n.º 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

17.2. Constituem indícios para a configuração da tentativa de fraude ou burla a confusão societária e/ou o compartilhamento de estrutura humana e física entre as pessoas jurídicas envolvidas, em especial as seguintes características:

- a) identidade dos sócios;
- b) atuação no mesmo ramo de atividades;
- c) data de constituição da nova empresa posterior à data de aplicação da sanção de suspensão/impedimento ou declaração de inidoneidade;
- d) compartilhamento ou transferência da mesma estrutura física, técnica e/ou de recursos humanos;
- e) identidade (ou proximidade) de endereço dos estabelecimentos;
- f) identidade de telefones, e-mails e demais informações de contato.

17.3. Diante da presença de um conjunto convergente de indícios referidos no subitem anterior, o Pregoeiro registrará, no “chat”, as ocorrências levantadas, suspenderá o certame e oportunizará à licitante o exercício do contraditório e da ampla defesa, em campo próprio do sistema, no prazo de 5 (cinco) dias, devendo a licitante apresentar todos os esclarecimentos e documentação tendentes a ilidir a suspeita da prática de comportamento ilícito.

17.4. Constatada a tentativa de fraudar ou burlar os efeitos da sanção aplicada a outra empresa, com esteio no §1º do art. 14 c/c art. 160 da Lei n.º 14.133/2021, o Pregoeiro, ao estender à licitante os efeitos das sanções que acarretam a impossibilidade de licitar e contratar com a Administração:

- a) inabilitará a licitante por inaptidão jurídica para assumir obrigações com a Administração;
- b) relatará o fato à Autoridade Superior para a instauração de procedimento administrativo específico objetivando a apuração exauriente acerca dos fatos e a eventual responsabilização da licitante pela prática de comportamento inidôneo.

18. DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

18.1. Diante da desclassificação ou inabilitação da primeira colocada, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

18.2. Constatado que a licitante detentora da melhor proposta atende às exigências habilitatórias fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

19. DO RECURSO

19.1. Qualquer licitante poderá, no prazo de até 30 (trinta) minutos do término do julgamento das propostas e após o ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

19.2. O registro da intenção de recurso deverá ser efetivado exclusivamente por meio do sistema, observando-se os procedimentos operacionais estabelecidos na plataforma Compras.gov.br.

19.3. Após a declaração final da vencedora do certame, a licitante que tenha registrado a intenção de recurso na forma do item 18.1 deverá apresentar, em momento único, as razões recursais, exclusivamente em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis.

19.4. Diante da apresentação das razões recursais, as demais licitantes ficam, desde logo, intimadas a apresentar as contrarrazões, também via sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, que começará a correr do término do prazo para o registro das razões recursais.

19.5. Para a formulação das razões e contrarrazões recursais, havendo solicitação nesse sentido, será

assegurada aos licitantes interessados, além dos documentos constantes do sistema, vista imediata dos autos do procedimento administrativo licitatório.

19.6. Na análise do recurso, a Administração poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

19.7. O Pregoeiro poderá reconsiderar ou não a decisão recorrida e, em caso de não reconsideração, os autos serão encaminhados ao Defensor Público-Geral para julgamento do recurso, observados os prazos previstos no §2º do art. 165 da Lei n.º 14.133/2021.

19.8. O provimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

20. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

20.1. O objeto deste Pregão será adjudicado e homologado exclusivamente pelo Defensor Público-Geral.

20.2. O objeto deste Pregão será adjudicado à vencedora do certame por item

21. DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

21.1. Após homologado o resultado deste Pregão, a Defensoria Pública convocará a licitante vencedora para assinar Ata de Registro de Preços, dentro do prazo de **5 (cinco) dias úteis** de sua convocação, presencialmente, informando o local, data e hora sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

21.2. O prazo de convocação de que trata o item 21.1 poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da licitante vencedora durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

21.3. A ata registrará apenas os preços e os quantitativos da licitante mais bem classificada durante a fase competitiva, sendo que o registro das demais licitantes será incluído na ata em forma de anexo, observando-se a sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, se houver.

21.4. Caso a licitante vencedora convocada não realize a retirada da Autorização de Funcionamento ou assine o instrumento de contrato no prazo estabelecido no item 21.1, será facultado à Administração, por meio do Pregoeiro/Agente de Contratação, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, observando-se o disposto nos §2º e 4º do art. 90 da Lei n.º 14.133/2021.

21.4.1. O registro das demais licitantes a que se refere o item 21.4 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva de que trata o inciso VII do art. 82 da Lei n.º 14.133/2021 no caso de impossibilidade de atendimento pela primeira colocada da ata.

21.4.2. Se houver mais de uma licitante na situação de que trata o item 21.4, serão classificadas segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

21.5. No caso de a licitante vencedora, após convocada, não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das punições previstas neste edital e em seus anexos, serão convocadas as licitantes integrantes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo.

21.5.1. A convocação das licitantes do cadastro de reserva que aceitaram cotar o objeto em valor igual ao da licitante mais bem classificada, de que trata o subitem 21.4.1, antecederá a convocação das licitantes que mantiveram sua proposta, componentes do cadastro referido no subitem 21.4.2.

21.5.2. A convocação das licitantes do cadastro de reserva que mantiveram sua proposta,

componentes do cadastro referido no subitem 15.3.2.2, observada a ordem de classificação, será para negociação com vistas à obtenção de preço melhor, ainda que acima do preço do adjudicatário.

21.5.3. Se as negociações com todas as licitantes do cadastro de reserva que mantiveram sua proposta forem frustradas, a Administração poderá, observada a ordem de classificação, contratar nas condições inicialmente ofertadas.

21.6. A Ata de Registro de Preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após a sua disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme previsto no art. 174, §2º, IV, da Lei n.º 14.133/2021.

21.7. A recusa injustificada de fornecedor beneficiário classificado em assinar a ata ensejará a aplicação das penalidades previstas neste edital e seus anexos.

21.8. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida.

22. DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

22.1. A vigência da Ata de Registro de Preço proveniente deste Pregão será de 12 (dozes) meses contados do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou até o término das quantidades registradas.

22.2. Será admitida a prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preço por mais 12 (doze) meses, desde que comprovado que os preços registrados permanecem vantajosos.

23. DA PARTICIPAÇÃO E ADESÃO AO REGISTRO DE PREÇO

23.1. Não serão admitidas adesões à Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação, conforme justificativa presente no TR.

24. DO CONTROLE E DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS

24.1. Durante a vigência da ARP, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas.

24.2. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista no item 19.1, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro procedimento licitatório.

24.3. Os preços das contratações decorrentes da Ata poderão ser reajustados após 12 (doze) meses contados da data de celebração do ajuste, observada a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC ou por outro indicador que venha a substituí-lo.

25. DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO/SERVIÇO/CONTRATO

25.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços a Defensoria poderá convocar o fornecedor beneficiário para a retirada da Autorização de Fornecimento/Serviço ou assinar o instrumento de contrato, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis de sua convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

25.2. O prazo de convocação de que trata o item 21.1 poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da licitante vencedora durante seu transcurso, devidamente justificada, e

desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

25.3. Será permitida a assinatura eletrônica do contrato, mediante uso da certificação digital ICP Brasil, caso o representante legal do fornecedor beneficiário a possua, no mesmo prazo indicado no item 25.1.

25.4. A Defensoria Pública poderá enviar o contrato para assinatura do fornecedor beneficiário, que deverá devolvê-lo assinado no prazo previsto no item 25.1.

25.5. A falta de manifestação no prazo estabelecido acima autoriza a Defensoria Pública a convocar os fornecedores integrantes do cadastro de reserva constante do anexo da Ata de Registro de Preços, observada a ordem de classificação, para assinar a Ata de Registro de Preços e, posteriormente, assinar o contrato em iguais condições.

25.6. Para a assinatura do contrato, o fornecedor beneficiário terá que comprovar documentalmente que o faz por meio de seu representante legal, com poderes para tal.

25.7. Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á, por meio do SICAF e de outros meios, se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação e, ainda, se atende ao disposto no §4º do art. 91 da Lei n.º 14.133/2021.

25.8. A Autorização de Fornecimento/Serviço ou o Contrato vinculam-se aos termos do edital do Pregão Eletrônico n.º 90019/2026 constante do Processo n.º 468/2026, da Ata de Registro de Preços e da proposta vencedora.

26. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS DO FORNECEDOR BENEFICIÁRIO

26.1. As hipóteses e regras sobre o cancelamento do registro de preços encontram-se detalhados na minuta da Ata de Registro de Preços, Anexo V deste Edital.

27. DA FORMA DE PAGAMENTO

27.1. O pagamento será feito conforme previsto no Termo de Referência que constitui o Anexo I deste edital.

28. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

28.1. As regras quanto à entrega e ao recebimento do objeto encontram-se previstas no Termo de Referência, que constitui o Anexo I deste edital.

29. DAS OBRIGAÇÕES

29.1. As obrigações da Contratada e Contrante encontram-se transcritas no termo de referência que constitui o Anexo I deste Edital.

30. DA FISCALIZAÇÃO

30.1. As regras sobre a fiscalização da execução ou entrega do objeto encontram-se previstas no Termo de Referência que constitui o Anexo I deste Edital.

31. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

31.1. É vedado efetuar acréscimos ou supressões nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei n.º 14.133/2021.

31.2. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão ser alteradas nas hipóteses e condições estabelecidas no art. 124 da Lei n.º 14.133/2021.

32. DA RESCISÃO

32.1. A inexecução total ou parcial do ajuste poderá ensejar a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 137 a 139 da Lei n.º 14.133, de 2021.

32.2. A extinção do ajuste poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da Defensoria Pública, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- b) consensual, por acordo entre as partes; ou
- c) determinada por decisão judicial.

32.3. A rescisão administrativa ou a consensual deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da Autoridade Competente da Defensoria Pública.

32.4. Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

33. DAS PENALIDADES

33.1. A recusa injustificada da adjudicatária em retirar a respectiva Autorização de Fornecimento/Serviço/contrato no prazo estabelecido neste Edital caracterizará o descumprimento total do compromisso assumido e o(a) sujeitará à multa de 20% (vinte por cento) sobre o seu valor total, sem prejuízo das outras sanções previstas em lei e no instrumento convocatório.

33.1.1. As licitantes remanescentes que, na hipótese de aceitarem as convocações previstas neste edital e, posteriormente, recusarem-se a retirar a autorização de fornecimento/serviço, também ficarão sujeitas às sanções referidas no item anterior.

33.2. Caso a licitante e/ou contratada, por ação ou omissão, venha a praticar alguma das condutas infracionais previstas no art. 155 da Lei n.º 14.133/2021, observado o devido Processo Administrativo Sancionatório, ficará sujeita às sanções previstas no art. 156 da Lei n.º 14.133/2021.

33.3. Em conjunto com as sanções previstas no art. 156 da Lei n.º 14.133/2021, a Autoridade Competente poderá:

- 33.3.1.** aplicar multa punitiva entre 0,5% (cinco décimos por cento) e 30% (trinta por cento) do valor total da Autorização de Fornecimento/Serviço; e
- 33.3.2.** determinar a rescisão unilateral do ajuste.

33.4. As sanções referentes à exexução do objeto desta licitação estão previstas no Termo de Referência, que constitui o Anexo I deste Edital..

33.5. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas assegurar-se-á o direito ao contraditório e à ampla defesa.

34. DO TRATAMENTO E DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

34.1. A Defensoria Pública e a Contratada se obrigam a observar fielmente as disposições da Lei n.º 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a proteger os direitos fundamentais de liberdade, de privacidade e de livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais a que tiverem acesso em razão da execução do presente ajuste.

34.2. A futura contratada declara que tem ciência dos termos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e, nas situações em que houver o compartilhamento de dados pessoais pela Defensoria Pública, compromete-se a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação.

34.3. É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal compartilhado em decorrência da execução deste ajuste para finalidade distinta daquela do objeto da presente contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

34.4. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – compartilhados em decorrência da execução deste ajuste, em consonância com o disposto na Lei n.º 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o compartilhamento das informações a outras empresas ou pessoas, salvo o decorrente de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do presente ajuste.

34.5. A contratada fica obrigada a comunicar a Defensoria Pública em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

34.6. Descumprimentos havidos em razão do uso inadequado ou ilícito em relação aos dados pessoais serão apurados conforme estabelecido neste ajuste e nos termos do que dispõem a Seção III, Capítulo VI e o art. 52 da Lei n.º 13.709/2018 (LGPD).

35. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

35.1. O encaminhamento de proposta por meio do sistema eletrônico implica aceitação plena e irrestrita das condições e termos que regem o presente Pregão Eletrônico por parte da licitante.

35.2. Integram este edital os seguintes anexos:

- a) Anexo I – Termo de Referência;
- b) Anexo II – Estudo Técnico Preliminar
- c) Anexo II – Modelo de Apresentação de Proposta;
- d) Anexo III – Dados para envio da Autorização de Fornecimento/Serviço;
- e) Anexo IV – Minuta Ata de Registro de Preços.

35.3. É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase do pregão, promover diligências destinadas a esclarecer, sanear ou complementar a instrução do processo desta licitação, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

35.4. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

35.5. As decisões do Pregoeiro durante os procedimentos do pregão serão fundamentadas e registradas no sistema com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

35.6. A aplicação dos normativos expedidos pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia limitar-se-á aos aspectos operacionais inerentes à parametrização do Sistema Eletrônico Compras.gov.br, prevalecendo os normativos regulamentares do Governo Estadual e da Defensoria Pública no tocante à disciplina da fase preparatória da contratação, da atuação do Pregoeiro, prazos e procedimentos atinentes ao envio de documentação pelas licitantes, diligências e saneamento de falhas, aplicação de sanções e procedimentos posteriores à homologação do certame.

35.7. As limitações operacionais porventura existentes no Sistema Eletrônico Compras.gov.br decorrentes de imposições normativas restritas ao âmbito do Sistema de Serviços Gerais - SISG, de que trata o Decreto n.º 1.094, de 23 de março de 1994, não vinculam a Defensoria Pública, podendo ser adotadas medidas para a sua superação, prevalecendo, nesses casos, a instrução constante do processo administrativo correspondente ao certame.

35.8. Os casos omissos e as dúvidas suscitadas em qualquer fase do presente Pregão serão resolvidos pelo Pregoeiro, com auxílio da Assessoria Jurídica da Defensoria Pública.

36. DO FORO

36.1. Para dirimir qualquer controvérsia decorrente da realização do presente Pregão que não possa ser resolvida administrativamente, fica definido o foro de Vitória, Comarca da Capital do Estado do Espírito Santo, com exclusão de qualquer outro.

Vitória, 08 de junho de 2026.

JOÃO AUGUSTO FRAGA MENDES

Agente de Contratação/Pregoeiro

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE ELETRODOMÉSTICOS (REFRIGERADOR DOMÉSTICO – DUPLEX, REFRIGERADOR DOMÉSTICO – COMPACTO (FRIGOBAR), FORNO DE MICRO-ONDAS, SANDUICHEIRA ELÉTRICA PORTÁTIL, TELEVISOR SMART TV LED 43” E TELEVISOR SMART TV LED 55”), PARA ATENDER A ESSA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

1 DO OBJETO

1.1 O presente Termo de Referência tem por finalidade estabelecer os elementos técnicos, administrativos e operacionais necessários à realização de procedimento licitatório, na modalidade Pregão, sob o Sistema de Registro de Preços, destinado à contratação de empresa fornecedora de eletrodomésticos, visando atender às necessidades institucionais da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo (DPES).

1.2 A contratação tem por objetivo possibilitar a aquisição de equipamentos adequados às demandas operacionais da instituição, destinados à estruturação, adequação e melhoria dos ambientes administrativos e de atendimento, contribuindo para melhores condições de funcionamento das unidades.

1.3 O presente documento foi elaborado com base nos Estudos Técnicos Preliminares (ETP) constantes do respectivo processo administrativo, contemplando as especificações técnicas mínimas dos itens, requisitos de qualidade, condições de fornecimento, prazos de entrega, condições de garantia, assistência técnica e demais exigências necessárias à adequada execução contratual, em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como com os demais normativos aplicáveis às contratações públicas.

1.4 A presente contratação visa assegurar a disponibilidade de equipamentos que atendam às necessidades institucionais, garantindo melhores condições de uso, funcionalidade e apoio às atividades administrativas e de atendimento ao público desenvolvidas pela Defensoria Pública.

1.5 Busca-se, ainda, promover a padronização dos itens a serem adquiridos, possibilitando maior eficiência na gestão patrimonial, redução de custos com manutenção, maior durabilidade dos bens e melhor organização dos ambientes institucionais.

1.6 A adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se em razão da natureza estimativa da demanda e da possibilidade de aquisições parceladas, permitindo que a Administração realize contratações conforme a necessidade efetiva das unidades, observada a disponibilidade orçamentária e financeira, promovendo maior racionalidade no planejamento e na gestão dos recursos públicos.

1.7 A contratação pretendida também visa contribuir para a melhoria das condições de trabalho de membros, servidores e colaboradores da Defensoria Pública, proporcionando infraestrutura adequada ao desempenho de suas atividades, bem como melhores condições de atendimento ao público.

1.8 Ademais, pretende-se assegurar que os equipamentos a serem fornecidos atendam a requisitos mínimos de qualidade, durabilidade, eficiência energética e confiabilidade, observando-se critérios de sustentabilidade, economicidade e competitividade, em consonância com os princípios que regem a Administração Pública.

1.9 Dessa forma, a presente contratação visa atender de forma eficiente, planejada e economicamente vantajosa às demandas institucionais relacionadas à estruturação das unidades, assegurando melhores condições de funcionamento, apoio às atividades desenvolvidas e adequada aplicação dos recursos públicos.

2 DEFINIÇÃO DO OBJETO

2.1 O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa fornecedora de eletrodomésticos, destinados ao atendimento das demandas institucionais da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo (DPES), visando assegurar a adequada estruturação dos ambientes administrativos e de atendimento ao público.

2.2 A contratação tem por finalidade promover a adequação, padronização e melhoria das condições de funcionamento das unidades da Defensoria Pública, contribuindo para maior organização dos espaços, conforto dos usuários e suporte às atividades institucionais.

2.3 Os itens a serem fornecidos deverão atender integralmente às especificações técnicas mínimas, requisitos de qualidade e quantitativos estimados estabelecidos neste Termo de Referência, observando-se as normas técnicas e regulamentações aplicáveis, bem como as condições adequadas de fornecimento, transporte e entrega.

2.4 Os equipamentos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega e do recebimento definitivo, contra defeitos de fabricação, com assistência técnica prestada por rede autorizada no Estado do Espírito Santo, sem quaisquer ônus adicionais para a Administração.

2.5 Os bens objeto desta contratação não se enquadram como bens de luxo, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis às contratações públicas.

2.6 O fornecimento dos itens ocorrerá de forma parcelada, conforme a demanda da Contratante, não havendo obrigatoriedade de aquisição do quantitativo total estimado constante neste Termo de Referência ou no respectivo Estudo Técnico Preliminar, ficando as aquisições condicionadas à necessidade administrativa e à disponibilidade orçamentária.

2.7 As especificações técnicas detalhadas dos itens, bem como os quantitativos estimados para a contratação, encontram-se discriminados no quadro a seguir, no qual constam as características mínimas exigidas e demais parâmetros necessários ao adequado atendimento das necessidades da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo.

2.7.1 Este Termo de Referência será dividido em 06 (seis) grupos:

| GRUPO 01 | | | | |
|----------|--|-------------------------|-------------------|-------------------|
| ITEM | DESCRIÇÃO | UNIDADE DE FORNECIMENTO | QUANTIDADE MÍNIMA | QUANTIDADE MÁXIMA |
| | REFRIGERADOR DOMÉSTICO, TIPO DUPLEX (02 PORTAS), COMPOSTO POR REFRIGERADOR E FREEZER INDEPENDENTES. Capacidade Total Líquida: Mínima de 300 | UNIDADE | 01 | 15 |

| | | | | |
|----|--|--|--|--|
| 01 | <p>litros e máxima de 342 litros.</p> <p>Sistema de Degelo: Tecnologia <i>Frost Free</i> (degelo automático).</p> <p>Eficiência Energética: Classificação "A" no Selo PROCEL de economia de energia.</p> <p>Configuração Interna:</p> <ul style="list-style-type: none"> · Prateleiras internas removíveis e reguláveis para otimização de espaço; • Gaveta específica para guarda de legumes/vegetais; • Sistema de iluminação interna (LED ou incandescente protegida). <p>Recursos de Controle: Termostato para controle de temperatura ajustável.</p> <p>Estrutura Externa:</p> <ul style="list-style-type: none"> · Cor: Branca; • Pés estabilizadores com nivelamento. <p>Dimensões Aproximadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Altura: Entre 1,50 m | | | |
|----|--|--|--|--|

| | | | | |
|--|--|--|--|--|
| | <p>e 1,70 m;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Largura: Entre 50 cm e 60 cm; • Profundidade: Entre 60 cm e 70 cm. <p>Será admitida variação de até 10% exclusivamente nas dimensões do equipamento (altura, largura e profundidade), para mais ou para menos, considerando as variações existentes entre fabricantes e modelos disponíveis no mercado, desde que não haja prejuízo à funcionalidade e ao atendimento da necessidade administrativa.</p> <p>Requisitos Elétricos: Compatibilidade com as tensões de 110V ou 220V (a definir conforme local de instalação no ato da ordem de fornecimento).</p> <p>Garantia: Mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, com assistência técnica autorizada no Estado do Espírito Santo.</p> | | | |
|--|--|--|--|--|

| GRUPO 02 | | | | |
|----------|-----------|------------------------|---------------------|---------------------|
| ITEM | DESCRIÇÃO | UNIDADE DE FORNECIMENT | QUANTIDADE E MINIMA | QUANTIDADE E MAXIMA |

| | | O | | |
|----|---|---------|----|----|
| 02 | <p>REFRIGERADOR DOMÉSTICO TIPO COMPACTO (FRIGOBAR), DE UMA PORTA, PROJETADO PARA OTIMIZAÇÃO DE ESPAÇO EM AMBIENTES DE ESCRITÓRIO E NÚCLEOS DE ATENDIMENTO.</p> <p>Capacidade Líquida Total: Mínima de 120 litros e máxima de 125 litros.</p> <p>Cor: Branca.</p> <p>Desempenho e Eficiência:</p> <ul style="list-style-type: none"> Potência Nominal: Mínima de 80 W; Eficiência Energética: Classificação "A" (Selo PROCEL de economia de energia). <p>Configuração e Recursos:</p> <ul style="list-style-type: none"> Controle de temperatura ajustável (termostato interno); Compartimentos internos para latas, garrafas e prateleiras para organização de | UNIDADE | 01 | 15 |

| | | | |
|--|--|--|--|
| <p>alimentos;</p> <ul style="list-style-type: none"> · Compartimento de resfriamento extra (congelador interno); · Pés estabilizadores com sistema de nivelamento. <p>Dimensões aproximadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> · Altura: Entre 85 cm e 90 cm; · Largura: Entre 45 cm e 50 cm; · Profundidade: Entre 50 cm e 55 cm. <p>Será admitida variação de até 10% exclusivamente nas dimensões do equipamento (altura, largura e profundidade), para mais ou para menos, considerando as variações existentes entre fabricantes e modelos disponíveis no mercado, desde que não haja prejuízo à funcionalidade e ao atendimento da necessidade administrativa.</p> <p>Requisitos Elétricos:</p> <ul style="list-style-type: none"> · Disponibilidade nas tensões de 110V ou 220V | | | |
|--|--|--|--|

| | | | |
|---|--|--|--|
| (conforme demanda de cada unidade da Defensoria Pública). | | | |
| Garantia: Mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, com assistência técnica autorizada no Estado do Espírito Santo. | | | |

| GRUPO 03 | | | | |
|----------|--|-------------------------|---------------------|---------------------|
| ITEM | DESCRIÇÃO | UNIDADE DE FORNECIMENTO | QUANTIDADE E MINIMA | QUANTIDADE E MAXIMA |
| 03 | <p>FORNO DE MICRO-ONDAS DE USO DOMÉSTICO/COMERCIAL LEVE, COM GABINETE E CAVIDADE INTERNA EM MATERIAL RESISTENTE À CORROSÃO.</p> <p>Capacidade Útil: Mínima de 30 litros e máxima de 35 litros.</p> <p>Cor: Branca.</p> <p>Interface e Controle:</p> <ul style="list-style-type: none"> · Painel de controle digital com display luminoso; | UNIDADE | 01 | 40 |

| | | | |
|---|--|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> · Funções pré-programadas (teclas de atalho para preparos rápidos); · Funções de relógio e timer (temporizador) digital integrados. <p>Desempenho e Segurança:</p> <ul style="list-style-type: none"> · Potência Nominal: Mínima de 800 W; · Sistema de prato giratório para aquecimento uniforme; · Trava de segurança eletrônica (bloqueio de teclado/painel). <p>Eficiência Energética e Normatização:</p> <ul style="list-style-type: none"> · Classificação de Eficiência Energética: Nível "A" ou "B" (conforme Etiqueta Nacional de Conservação de Energia - ENCE/INMETRO); · Fabricação em estrita observância às normas técnicas vigentes (ABNT/Inmetro) aplicáveis a aparelhos | | | |
|---|--|--|--|

| | | | | |
|--|---|--|--|--|
| | <p>eletrodomésticos.</p> <p>Requisitos Elétricos: Disponibilidade nas tensões de 110V ou 220V (a definir conforme local de instalação no ato da ordem de fornecimento).</p> <p>Acessórios e Documentação:</p> <ul style="list-style-type: none"> Acompanhado de manual de instruções de uso e instalação em língua portuguesa. <p>Garantia: Mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, com assistência técnica autorizada no Estado do Espírito Santo.</p> | | | |
|--|---|--|--|--|

| GRUPO 04 | | | | |
|----------|--|-------------------------|-------------------|-------------------|
| ITEM | DESCRIÇÃO | UNIDADE DE FORNECIMENTO | QUANTIDADE MINIMA | QUANTIDADE MAXIMA |
| 04 | <p>SANDUICHEIRA ELÉTRICA PORTÁTIL</p> <p>Aparelho eletroportátil destinado ao preparo de alimentos (sanduíches e grelhados rápidos), com design compacto e funcional.</p> | UNIDADE | 01 | 30 |

| | | | |
|---|--|--|--|
| <p>Cor: Preta.</p> <p>Potência Nominal: Mínima de 750 W, garantindo aquecimento rápido e uniforme.</p> <p>Superfície de Aquecimento: Placas internas duplas (superior e inferior) com revestimento antiaderente de alta resistência, para evitar a aderência de resíduos e facilitar a higienização.</p> <p>Recursos de Segurança e Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> · Trava de segurança: Sistema de fechamento por presilha para prensagem adequada e proteção durante o uso; · Sinalização Luminosa: Luzes indicadoras de funcionamento (ligado) e de aquecimento concluído (pronto para uso); · Alça com | | | |
|---|--|--|--|

| | | | |
|--|---|--|--|
| | <p>isolamento térmico (toque frio) para manuseio seguro.</p> <p>Requisitos Elétricos:</p> <ul style="list-style-type: none"> Disponibilidade nas tensões de 110V ou 220V (conforme demanda das unidades da Defensoria Pública). <p>Normatização: Fabricação em conformidade com as normas técnicas vigentes (ABNT/Inmetro).</p> <p>Garantia: Mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, com assistência técnica autorizada no Estado do Espírito Santo.</p> | | |
|--|---|--|--|

| GRUPO 05 | | | | |
|----------|--|-------------------------|-------------------|-------------------|
| ITEM | DESCRIÇÃO | UNIDADE DE FORNECIMENTO | QUANTIDADE MINIMA | QUANTIDADE MAXIMA |
| 05 | <p>TELEVISOR SMART TV LED 43"</p> <p>Aparelho de televisão com tecnologia Smart TV, destinado à exibição de conteúdos informativos, treinamentos e entretenimento</p> | UNIDADE | 01 | 20 |

| | | | |
|---|--|--|--|
| <p>nas unidades da Defensoria Pública.</p> <p>Tecnologia do Painel: Display tipo LED com conversor digital integrado (DTV).</p> <p>Dimensões e Resolução:</p> <ul style="list-style-type: none"> · Tamanho da Tela: Mínimo de 43 polegadas (43"); · Resolução de Imagem: Full HD (mínimo de 1920 x 1080 pixels); · Recursos de Vídeo: Varredura progressiva (<i>Progressive Scan</i>) para maior fluidez de imagem. <p>Funcionalidades e Software:</p> <ul style="list-style-type: none"> · Sistema Smart: Wi-Fi integrado para acesso a aplicativos e conteúdos de rede; · Interface: Menu de configurações totalmente em Português (Brasil); · Recursos de Programação: Timer On/Off, <i>Sleep</i> | | | |
|---|--|--|--|

| | | | | |
|--|---|--|--|--|
| | <p><i>Timer</i> (desligamento programado) e bloqueio de canais/conteúdo;</p> <ul style="list-style-type: none"> · Gravação: Função de gravador de programas (PVR) via conexão externa. <p>Áudio e Acessibilidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> · Potência de Áudio: Mínima de 15 W RMS; · Recursos de Som: Estéreo; · Acessibilidade: Suporte a Legendas Ocultas (<i>Closed Caption</i>). <p>Conectividade (Interfaces):</p> <ul style="list-style-type: none"> · HDMI: Mínimo de 03 (três) entradas; · USB: Mínimo de 02 (duas) entradas; · Entrada de Rede (LAN/RJ45) e entrada de RF para antena. <p>Acessórios Inclusos:</p> <ul style="list-style-type: none"> · Controle remoto com pilhas; · Cabo de alimentação | | | |
|--|---|--|--|--|

| | | | | |
|--|---|--|--|--|
| | <p>AC;</p> <ul style="list-style-type: none"> · Base/Pés de apoio (pedestal); · Manual do usuário e termo de garantia em português. <p>Requisitos Elétricos: Alimentação bivolt automática (110V/220V). Garantia: Mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, com assistência técnica autorizada no Estado do Espírito Santo.</p> | | | |
|--|---|--|--|--|

| GRUPO 06 | | | | |
|----------|---|-------------------------|-------------------|-------------------|
| ITEM | DESCRIÇÃO | UNIDADE DE FORNECIMENTO | QUANTIDADE MINIMA | QUANTIDADE MAXIMA |
| 06 | <p>TELEVISOR SMART TV LED 55"</p> <p>Aparelho de televisão com tecnologia Smart TV, tela de grandes dimensões, destinado a salas de reunião, auditórios ou áreas de recepção de grande fluxo da Defensoria Pública.</p> <p>Tecnologia do Pannel: Display tipo LED com conversor digital</p> | UNIDADE | 01 | 05 |

| | | | |
|---|--|--|--|
| <p>integrado (DTV).</p> <p>Dimensões e Resolução:</p> <ul style="list-style-type: none"> · Tamanho da Tela: 55 polegadas (55"); · Resolução de Imagem: Mínima Full HD (1920 x 1080 pixels) ou superior (4K/UHD); · Recursos de Vídeo: Varredura progressiva (<i>Progressive Scan</i>) e processamento digital de imagem. <p>Funcionalidades Smart e Software:</p> <ul style="list-style-type: none"> · Conectividade: Wi-Fi integrado e entrada LAN (RJ45) para rede cabeada; · Interface: Sistema operacional com Menu de configurações e navegação totalmente em Português (Brasil); · Recursos de Programação: Timer On/Off (agendamento), <i>Sleep Timer</i> (desligamento automático) e sistema de bloqueio de | | | |
|---|--|--|--|

| | | | | |
|--|--|--|--|--|
| | <p>canais/conteúdo por senha.</p> <ul style="list-style-type: none"> · Gravação: Função de gravador de programas (PVR) via dispositivo USB externo. <p>Áudio e Acessibilidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> · Potência de Áudio: Mínima de 15 W RMS; · Recursos de Som: Sistema estéreo com redutor de ruídos; · Acessibilidade: Suporte a Legendas Ocultas (<i>Closed Caption</i>) e descrição de áudio (quando disponível na transmissão). <p>Conectividade (Interfaces):</p> <ul style="list-style-type: none"> · HDMI: Mínimo de 03 (três) entradas (para conexão simultânea de computadores e receptores); · USB: Mínimo de 02 (duas) entradas para reprodução de mídia e gravação. | | | |
|--|--|--|--|--|

| | | | |
|--|--|--|--|
| <p>Acessórios e Instalação:</p> <ul style="list-style-type: none"> · Controle remoto com pilhas inclusas; · Cabo de alimentação AC; · Base/Pés de apoio originais; · Manual do usuário e termo de garantia em língua portuguesa. <p>Requisitos Elétricos: Alimentação bivolt automática (110V/220V).</p> <p>Garantia: Mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, com assistência técnica autorizada no Estado do Espírito Santo.</p> | | | |
|--|--|--|--|

3 DO PRAZO DE VIGÊNCIA

3.1 O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, de acordo com o estabelecido no Art. 84 da Lei 14.133/2021.

4 DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

4.1 Constatou-se a necessidade de a Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo (DPES) proceder à contratação de empresa para fornecimento de eletrodomésticos, com o propósito de atender às demandas estruturais das unidades administrativas e de atendimento, garantindo condições adequadas de funcionamento dos ambientes institucionais.

4.2 A providência decorre do dever da Administração de assegurar condições mínimas de infraestrutura que apoiem o desempenho das atividades institucionais, contribuindo para a melhoria da organização dos espaços, do conforto de servidores e usuários, bem como da qualidade dos serviços prestados à população.

4.3 Para viabilizar o adequado atendimento da demanda, faz-se necessária a instauração de procedimento administrativo próprio, com a seleção de empresa que atenda às exigências técnicas, critérios de qualidade e especificações estabelecidas, assegurando o fornecimento dos itens em conformidade com as normas técnicas e demais disposições aplicáveis.

4.4 Destaca-se que a contratação mostra-se necessária em razão da insuficiência, inexistência ou inadequação de equipamentos atualmente disponíveis em determinadas unidades, bem como da necessidade de reposição de itens obsoletos ou inservíveis e da ampliação da infraestrutura existente, não havendo meios internos para suprir tais demandas, o que justifica a adoção do regular procedimento administrativo.

5 DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1 Conforme as análises realizadas no Estudo Técnico Preliminar (ETP), a solução adotada consiste na contratação de empresa para fornecimento de eletrodomésticos, visando atender às necessidades de estruturação, reposição e

adequação dos ambientes das unidades da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo (DPES).

5.2 A opção pela contratação de empresa devidamente habilitada, conforme fundamentado no item 07 do ETP, mostra-se a alternativa mais vantajosa para a Administração, por assegurar o fornecimento dos itens em conformidade com as especificações técnicas, padrões de qualidade e requisitos mínimos estabelecidos. A medida contribui para a padronização dos bens adquiridos, para a melhoria das condições de funcionamento das unidades, para a otimização da gestão patrimonial e para a adequada aplicação dos recursos públicos.

6 DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1 Os requisitos da contratação compreendem o conjunto de exigências técnicas, operacionais e de qualidade necessárias ao adequado fornecimento de eletrodomésticos, incluindo especificações mínimas relacionadas à capacidade, funcionalidade, eficiência energética, durabilidade, segurança no uso e conformidade com normas técnicas e regulamentações aplicáveis.

6.2 Abrangem, ainda, as condições relativas à forma de fornecimento dos itens, prazos de entrega, critérios de recebimento provisório e definitivo, garantia mínima dos produtos, assistência técnica e demais exigências indispensáveis à adequada execução do objeto, assegurando o pleno atendimento das demandas institucionais da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo.

6.3 Os parâmetros técnicos e operacionais encontram-se detalhados no item 03 do Estudo Técnico Preliminar (ETP), documento integrante do presente processo administrativo, o qual fundamenta as condições estabelecidas para a contratação, em conformidade com a legislação vigente.

7 DA EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1 A solução contempla a contratação de empresa para fornecimento de eletrodomésticos novos, sob demanda, com o objetivo de assegurar a adequada estruturação dos ambientes das unidades da Defensoria Pública do Estado do Espírito

Santo (DPES), bem como a padronização dos itens e a racionalização dos procedimentos de aquisição.

7.2 Todos os itens fornecidos deverão ser novos, de primeiro uso, devendo atender integralmente às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar (ETP), bem como observar as normas técnicas e regulamentações aplicáveis.

7.3 Os produtos deverão apresentar qualidade compatível com as finalidades institucionais, observando padrões adequados de desempenho, durabilidade, segurança e funcionalidade.

7.4 A contratação deverá observar, sempre que possível, critérios de sustentabilidade, incluindo eficiência energética, redução do consumo de energia elétrica e adoção de boas práticas ambientais relacionadas ao uso e descarte dos equipamentos.

7.5 O pagamento será realizado conforme a efetiva entrega dos itens, condicionada à comprovação de conformidade com as especificações técnicas e quantitativas estabelecidas neste Termo de Referência.

7.6 O prazo máximo para entrega dos itens será de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento emitida pela Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo.

7.7 Os itens deverão ser entregues no Setor de Almoxarifado da DPES, localizado no endereço: Av. Coronel Martins de Figueiredo, nº 152, Bairro Maruípe, Vitória/ES, CEP 29043-060, no horário compreendido entre 08h30min e 17h00min, em dias úteis, ou em outro local previamente indicado pela Administração.

7.8 O recebimento inicial ocorrerá em caráter provisório, mediante conferência das quantidades, especificações e condições físicas dos itens entregues. A verificação definitiva de conformidade será realizada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, por servidor designado ou comissão responsável.

7.9 Serão avaliados, dentre outros aspectos:

- a) Conformidade com as especificações técnicas exigidas;
- b) Integridade física e ausência de danos ou avarias;
- c) Quantidade, marca e características conforme solicitado;
- d) Funcionamento adequado dos itens;
- e) Identificação e procedência dos produtos.

7.10 Serão recusados os itens que apresentem quaisquer das seguintes condições:

- a) Desconformidade com as especificações técnicas estabelecidas;
- b) Danos físicos, avarias ou indícios de violação;
- c) Defeitos ou falhas de funcionamento;
- d) Ausência de informações obrigatórias de identificação ou procedência;
- e) Descumprimento das normas técnicas e regulamentações aplicáveis.

7.11 Na hipótese de defeito, irregularidade ou não conformidade identificada após o recebimento, a contratada deverá promover a substituição integral dos itens no prazo

máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da notificação formal, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

7.12 A contratada será responsável por todos os custos e encargos relacionados ao transporte, acondicionamento, carga e descarga dos itens, devendo assegurar sua integridade até o efetivo recebimento pela Administração.

7.13 Os produtos deverão ser entregues acompanhados de manuais de instrução e demais documentações necessárias ao seu adequado uso, preferencialmente em língua portuguesa.

7.14 Os itens ofertados deverão corresponder a modelos em linha de produção do fabricante na data de apresentação da proposta, não sendo admitidos produtos descontinuados, recondicionados, remanufaturados ou provenientes de mostruário, devendo contar com suporte do fabricante durante o período de garantia.

7.15 A contratada deverá garantir que todos os itens estejam aptos para utilização, em conformidade com as especificações exigidas.

7.16 Os produtos deverão conter identificação clara de marca e modelo, de modo a viabilizar o adequado controle patrimonial.

7.17 A contratada deverá assegurar que todos os componentes e acessórios necessários ao pleno funcionamento dos itens estejam incluídos no fornecimento, não sendo admitida a cobrança adicional para sua utilização regular.

8 GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

8.1 Os equipamentos fornecidos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir da data do recebimento definitivo, contra defeitos de fabricação, devidamente comprovada por meio da respectiva nota fiscal, e prestada pelo fabricante ou por rede de assistência técnica autorizada.

8.2 A garantia deverá contemplar manutenção corretiva, substituição de peças defeituosas e suporte técnico especializado, sem qualquer ônus adicional para a Administração, assegurando o adequado funcionamento dos equipamentos durante todo o período de cobertura.

8.3 A contratada deverá assegurar a existência de rede de assistência técnica autorizada no território do Estado do Espírito Santo, devidamente apta à realização dos serviços de manutenção e suporte dos equipamentos fornecidos.

8.4 Os equipamentos deverão possuir garantia prestada pelo fabricante ou por empresa autorizada, abrangendo reposição de peças, mão de obra e suporte técnico, sendo a comprovação realizada mediante documentação emitida pelo fabricante ou fornecedor.

8.5 A contratada deverá assegurar a manutenção e suporte técnico necessários ao pleno funcionamento dos equipamentos, realizando os reparos ou substituições de peças e componentes sempre que necessário, sem custos adicionais para a Administração.

8.6 A assistência técnica deverá ser prestada por profissionais qualificados, aptos a realizar os serviços necessários à identificação e correção de falhas ou defeitos apresentados.

8.7 A contratada deverá disponibilizar canal de atendimento para abertura de chamados técnicos, por meio de correio eletrônico, telefone ou sistema informatizado, em dias úteis e horário comercial.

8.8 A contratada deverá registrar e acompanhar os chamados técnicos, assegurando o controle das ocorrências e a adequada comunicação com a Administração.

8.9 O prazo para conclusão do reparo ou devolução do equipamento devidamente corrigido deverá ser de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento do equipamento pela assistência técnica, salvo justificativa aceita pela Administração.

8.10 Caso o equipamento apresente falhas recorrentes ou não seja possível sua reparação no prazo estabelecido, a contratada deverá realizar a substituição do item por outro novo, de características iguais ou superiores, sem ônus para a Administração.

8.11 Os serviços de garantia terão início a partir da data do recebimento definitivo dos equipamentos.

8.12 Durante o período de garantia, a contratada deverá assegurar o pleno funcionamento dos equipamentos, adotando todas as providências necessárias à correção de falhas, substituição de componentes e manutenção adequada.

9 DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO

9.1 A autoridade competente designou, formalmente, a comissão de recebimento de materiais de consumo, bens permanentes e serviços de entrega imediata com a responsabilidade de conferência de todos os bens entregues no almoxarifado dessa instituição, conforme **PORTARIA DPES Nº 126 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2026**, responsáveis pelo acompanhamento da execução da contratação, aos quais compete:

- a) Exercer de modo sistemático a fiscalização da execução da contratação, objetivando verificar o cumprimento das disposições técnicas e administrativas, em todos os seus aspectos;
- b) Atestar o recebimento provisório e o definitivo de acordo com o art 140, da Lei Federal 14.133/21;
- c) Receber, conferir e atestar as NOTAS FISCAIS, com base nas requisições emitidas pela DPES;

d) Anotar em registro próprio, comunicando à CONTRATADA, as irregularidades constatadas, informando prazo para sua regularização, propondo à Administração, quando for o caso, a aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência e na legislação pertinente.

9.2 A fiscalização anotará todas as ocorrências relacionadas com a execução da contratação em registro próprio, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, conforme Termo de Referência;

9.3 As decisões e providências que ultrapassarem a competência da fiscalização deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para adoção das medidas cabíveis;

9.4 A fiscalização será exercida no interesse exclusivo do DPES e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por qualquer inconsistência;

9.5 Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável por todos os serviços e/ou fornecimento de bens, a Administração reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre a prestação do serviço;

9.6 O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA detectado pela fiscalização ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente.

10 DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

10.1 O pagamento será realizado, mediante o fornecimento à Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo de Nota Fiscal Eletrônica, juntamente com a comprovação da regularidade fiscal exigidos pelo art. 68 da Lei nº 14.133/2021. Após conferência e ateste, serão encaminhados para processamento e pagamento no prazo de até 20 dias úteis, após a respectiva apresentação;

10.1.1 Após o prazo acima referenciado, será paga multa financeira nos seguintes termos:

$$VM = VF \times (0,33 / 100) \times ND$$

Onde:

VM: Valor da multa financeira;

VF: Valor da nota fiscal;

ND: Número de dias em atraso.

10.2 Ocorrendo erros na apresentação dos documentos fiscais ou outra circunstância impeditiva, os mesmos serão devolvidos à empresa CONTRATADA para correção, sendo que o recebimento será suspenso, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação do novo documento fiscal, devidamente corrigido;

10.3 A NOTA FISCAL ELETRÔNICA/NOTA FISCAL deverá conter o mesmo CNPJ e razão social apresentados quando na proposta, assim como, o número da contratação, os objetos, os valores unitários e totais;

10.4 Qualquer alteração feita no contrato social, ato constitutivo ou estatuto deverá ser comunicada ao CONTRATANTE, mediante documentação própria, para apreciação da autoridade competente;

10.5 O CONTRATANTE poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidos pela empresa CONTRATADA, em decorrência de descumprimento de suas obrigações;

10.6 Para a efetivação do pagamento, a CONTRATADA deverá manter as mesmas condições relativas à proposta de preço e a habilitação;

10.7 O pagamento referente ao valor da NOTA FISCAL somente será feito por Ordem Bancária;

10.8 Fica a CONTRATADA obrigada a observar e cumprir o disposto na Instrução Normativa RFB n.º 1.234/2012, ou a que vier a substituí-la, e no Decreto Estadual n.º 5.460-R, de 28 de julho de 2023;

10.9 A CONTRATADA deverá emitir as NOTAS FISCAIS/FATURAS ou quais outros documentos de cobrança com o destaque do IR a ser retido na fonte, em observância às regras de retenção do imposto de renda previsto nos normativos informados no item 10.8;

10.10 Em caso de não observância do disposto nos itens 10.2, 10.3 e 10.9, o pagamento ficará suspenso até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, não incidindo, no prazo de suspensão, a multa prevista no item 10.1.1.

11 DO CRITÉRIO DE SELEÇÃO DOS FORNECEDORES

11.1 Considerando os estudos realizados no Estudo Técnico Preliminar e o valor estimado da contratação, verifica-se a viabilidade da realização de **pregão eletrônico, sob o Sistema de Registro de Preços**, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

11.2 O julgamento das propostas será realizado pelo critério de menor preço por grupo, conforme previsto no art. 33 da Lei nº 14.133/2021, adotando-se o modo de disputa aberto e fechado, na forma do art. 56 da referida Lei e demais normativos aplicáveis.

11.3 O fornecedor deverá apresentar todas as certidões de comprovação de regularidade jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeiro;

11.4 A comprovação do atendimento às especificações técnicas exigidas para os equipamentos ofertados deverá ser realizada na fase de habilitação, mediante apresentação, pela licitante, de catálogo técnico, datasheet ou documento oficial emitido pelo fabricante, contendo as informações necessárias para verificação da conformidade dos equipamentos com os requisitos estabelecidos neste Termo de Referência.

11.5 Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo FORNECEDOR serão:

11.5.1 Declarar que atende a todos os quesitos solicitados quanto ao fornecimento dos itens a serem adquiridos

11.5.2 Cumprir rigorosamente as leis, instruções, normas e demais legislações estaduais e orientações dos órgãos fiscalizadores, segundo a legislação vigente;

11.5.3 Manter durante toda a execução habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista;

12 DA ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1 O valor estimado da contratação foi obtido por meio de pesquisa de preços realizada junto a fornecedores do ramo. Com base nos levantamentos efetuados, o custo estimado para os grupos é o seguinte:

- Grupo 01: R\$ 45.859,95 (quarenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e noventa e cinco centavos).
- Grupo 02: R\$ 16.155,15 (dezesesseis mil, cento e cinquenta e cinco reais e quinze centavos).
- Grupo 03: R\$ 24.661,20 (vinte e quatro mil, seiscentos e sessenta e um reais e vinte centavos).
- Grupo 04: R\$ 2.607,30 (dois mil, seiscentos e sete reais e trinta centavos).
- Grupo 05: R\$ 26.815,80 (vinte e seis mil, oitocentos e quinze reais e oitenta centavos).
- Grupo 06: R\$ 11.320,20 (onze mil, trezentos e vinte reais e vinte centavos).

12.1.1 O valor total estimado da contratação perfaz o montante de R\$ 127.419,60 (cento e vinte e sete mil, quatrocentos e dezenove reais e sessenta centavos), conforme apurado na pesquisa prévia de preços.

12.2 Este valor tem como base a pesquisa de preços realizada pela Gerência Administrativa, com metodologia e fontes detalhadas no item 06 do Estudo Técnico Preliminar (ETP).

12.3 A pesquisa final de preços mercadológicos será realizada pelo Setor de Compras, com vistas ao ajuste dos preços, que serão disponibilizados para efeito de divulgação em Edital como critério de julgamento das propostas.

13 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 As despesas decorrentes da execução do objeto desta contratação correrão à conta de dotação orçamentária própria, consignada no orçamento vigente da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo, alocada na Ação 2357, Elemento de Despesa 4.4.90.52.12, 3.3.90.30.21 e 4.4.90.52.33.

13.2 A assunção das obrigações decorrentes da presente contratação ficará condicionada à existência de saldo orçamentário suficiente, bem como à prévia emissão do respectivo empenho, em conformidade com a legislação financeira e orçamentária aplicável.

13.3 Caso haja necessidade de adequação ou remanejamento da dotação orçamentária durante a execução contratual, estes serão realizados de acordo com as normas legais e regulamentares vigentes, mediante autorização da autoridade competente.

14 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1 Entregar os produtos e cumprir integralmente as obrigações relacionadas com a contratação descritas neste Termo de Referência e no Contrato;

14.2 Prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;

14.3 Substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os produtos em que forem verificados vícios, defeitos ou incorreções;

14.4 Registrar as ocorrências havidas durante a execução do Contrato/Termo, dando plena ciência ao CONTRATANTE, bem como respondendo integralmente por sua omissão;

14.5 Disponibilizar para o CONTRATANTE um atendimento personalizado e imediato, com fornecimento de números de telefone, e-mail ou outra forma de comunicação para abertura de chamados;

14.6 Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos, materiais ou pessoais causados pela CONTRATADA, seus empregados, ou prepostos ao CONTRATANTE, ou a terceiros;

14.7 Observar as prescrições relativas às leis trabalhistas, previdenciárias, fiscais, seguros e quaisquer outras não mencionadas, bem como responder pelo pagamento de todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da contratação, isentando a CONTRATANTE de qualquer responsabilidade;

14.8 Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo CONTRATANTE;

14.9 Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, quando esses tenham sido ocasionados por seus empregados durante a entrega do serviço, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

14.10 Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

14.11 Apresentar os documentos de cobrança, inclusive, nota(s) fiscal(is) com a descrição completa dos serviços e/ou fornecimento de bens, juntamente com os documentos de regularidade fiscal exigidos por lei e a declaração de adimplemento de encargos;

14.12 Manter, durante toda a execução contratual, compatibilidade com as obrigações assumidas;

14.13 Se responsabilizar integralmente pelos serviços e/ou fornecimento dos objetos contratados, nos termos da legislação vigente;

14.14 Designar um preposto, aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato, informando nome completo, CPF, e-mail e telefone de contato e substituto em suas ausências;

14.15 Manter sigilo de informações às quais porventura venha a ter acesso.

14.15.1 Todas as informações, imagens, aplicativos, dados, documentos, registros ou metadados que venham a ser acessados, manuseados ou utilizados em razão da execução do objeto contratual são de propriedade exclusiva da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo (DPES), sendo vedado à CONTRATADA, bem como a seus empregados, prepostos ou colaboradores, repassá-los, copiá-los, reproduzi-los, alterá-los ou utilizá-los para finalidade diversa da execução contratual, sem prévia e expressa autorização da Administração.

14.15.2 A CONTRATADA deverá comunicar imediatamente e por escrito à DPES qualquer irregularidade, falha, incidente ou anormalidade que venha a identificar durante a execução do objeto contratado, adotando as providências necessárias para sua adequada solução.

14.15.3 A CONTRATADA será responsável por assegurar que seus empregados, representantes ou quaisquer pessoas que atuem em seu nome observem rigorosamente o dever de sigilo e confidencialidade sobre todas as informações institucionais às quais tenham acesso em razão da execução contratual, responsabilizando-se por eventuais danos decorrentes de uso indevido, divulgação não autorizada ou vazamento dessas informações.

14.15.4 A eventual interação entre empregados ou colaboradores da CONTRATADA e servidores da DPES, quando necessária à execução do objeto contratado, não caracterizará qualquer vínculo empregatício, funcional ou de subordinação direta entre as partes, permanecendo cada qual responsável por suas obrigações legais e contratuais.

14.15.5 Todas as informações obtidas ou extraídas pela CONTRATADA durante a execução do objeto contratual deverão ser tratadas como confidenciais, sendo vedada sua reprodução, utilização ou divulgação a terceiros, total ou parcialmente, sem autorização formal da Administração. A CONTRATADA deverá zelar pela manutenção do mais absoluto sigilo sobre dados, informações, documentos, especificações técnicas, rotinas administrativas e demais conteúdos institucionais aos quais venha a ter acesso em razão da execução contratual.

14.15.6 A CONTRATADA deverá adotar todas as medidas necessárias para assegurar a integridade, a segurança e a confidencialidade das informações eventualmente acessadas, armazenadas ou trafegadas durante a execução do contrato, responsabilizando-se por qualquer utilização indevida, perda, vazamento ou divulgação não autorizada dessas informações. O dever de confidencialidade permanecerá vigente mesmo após o encerramento da relação contratual, enquanto as informações não se tornarem públicas por meios legítimos ou por determinação legal.

14.16 Providenciar todos os meios necessários (transporte, ferramentas, equipamentos de segurança e mão de obra qualificada) para a execução do objeto em qualquer unidade da DPES dentro do território estadual, independentemente da distância geográfica em relação à sede da Contratada.

15 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

15.1 Cumprir e fazer cumprir todas as disposições contidas neste Termo de Referência;

15.2 Proporcionar todas as facilidades, inclusive esclarecimentos atinentes aos objetos deste Termo de Referência, para que a empresa possa cumprir as obrigações dentro das normas e condições da prestação dos serviços e/ou fornecimento do objeto;

15.3 Designar servidores com competência necessária para promover o recebimento do serviço, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, assim como prazos e entrega;

15.4 Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA no prazo estipulado, nas condições e preços pactuados, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências contratuais e legais;

15.5 Alocar os recursos orçamentários e financeiros necessários à execução da contratação;

15.6 Acompanhar, coordenar e fiscalizar a contratação, anotando em registro próprio os fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas nos serviços executados e/ou fornecimento do objeto;

15.7 Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos serviços executados e/ou fornecimento do objeto, fixando prazo para a correção;

15.8 Aplicar as penalidades nas situações previstas neste Termo de Referência;

15.9 Notificar a CONTRATADA, por escrito, acerca de quaisquer ocorrências relacionadas à execução contratual, inclusive quanto à intenção de aplicação de penalidades, assegurando-lhe o contraditório e a ampla defesa;

15.9.1 As notificações serão realizadas por meios idôneos que assegurem a ciência inequívoca da CONTRATADA, tais como ofício com comprovação de entrega mediante protocolo físico ou eletrônico, correio eletrônico (e-mail), fax, carta com aviso de recebimento (AR), ou outro meio que possibilite a comprovação do recebimento.

15.9.2 Para fins de validade da notificação, considera-se comprovado o recebimento quando houver registro que permita a identificação do destinatário, a data e hora da entrega, bem como a confirmação da efetiva ciência ou da disponibilização da comunicação, por meio de:

I – protocolo físico assinado;

II – aviso de recebimento (AR);

III – comprovante de entrega ou transmissão (inclusive no caso de fax);

IV – registro em sistema eletrônico oficial; ou

V – confirmação de entrega ou leitura em meio eletrônico com sistema de confirmação digital idôneo.

15.9.3 No caso de utilização de correio eletrônico (e-mail), o endereço eletrônico deverá ser informado pela CONTRATADA no momento da assinatura do contrato, incumbindo-lhe manter seus dados atualizados durante toda a execução contratual, sob pena de ser considerada válida a notificação enviada ao endereço previamente informado.

15.9.4 A notificação será considerada realizada:

I – na data do recebimento, quando comprovada por protocolo, aviso de recebimento (AR), comprovante de entrega ou documento equivalente;

II – na data da confirmação de entrega, transmissão ou leitura, quando utilizada comunicação eletrônica ou fax com sistema de confirmação idôneo;

III – na data do registro de disponibilização da comunicação, quando realizada por meio de sistema eletrônico oficial que permita o rastreamento e a comprovação de acesso.

15.9.5 Na hipótese de ausência de confirmação de recebimento por meio eletrônico, a Administração deverá adotar outro meio idôneo de notificação, de modo a assegurar a ciência inequívoca da CONTRATADA.

15.9.6 A eventual recusa no recebimento da notificação será considerada como ciência válida para todos os efeitos legais, desde que devidamente comprovada por meio de registro formal da negativa de recebimento, lavrado pelo agente responsável pela entrega ou pelo serviço de correspondência, com a indicação da data, hora, local e da identificação do destinatário ou de quem se recusou a receber, bem como, sempre que possível, da respectiva assinatura ou da anotação da recusa.

15.10 Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços e/ou fornecimento dos bens em desacordo com o objeto contratado.

15.11 Emitir a Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente, conforme a necessidade da Administração;

15.12 Disponibilizar à CONTRATADA as informações indispensáveis à execução do objeto, relacionadas às demandas, locais de entrega e demais condições operacionais;

15.13 Exigir o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, inclusive quanto às condições de habilitação e qualificação exigidas durante toda a vigência da contratação;

15.14 Zelar pela observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e economicidade na condução da contratação;

15.15 Manter arquivados e organizados os documentos relativos à execução contratual, para fins de controle, auditoria e prestação de contas;

15 DAS SANÇÕES

16.1 Comete infração administrativa a CONTRATADA que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

- 16.1.1** Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 16.1.2** Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 16.1.3** Dar causa à inexecução total do contrato;
- 16.1.4** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 16.1.5** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 16.1.6** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 16.1.7** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 16.1.8** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

16.1.9 Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

16.1.10 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

16.1.10.1 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances;

16.1.11 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

16.1.12 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.2 A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

16.2.1 **Advertência** pela falta do subitem 16.1.1 deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

16.2.2 **Multa**, calculada na forma do edital, com base no total do valor da contratação realizada de forma direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 16.1 deste Termo de Referência, no percentual de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) até 10% (dez por cento), na

hipótese de cometimento das infrações previstas nos itens 16.1.1 a 16.1.7 e de até 30% (trinta por cento), se cometidas infrações previstas nos itens 16.1.8 a 16.1.12;

16.2.2.1 O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA;

16.2.2.2 A multa pode ser aplicada isoladamente ou juntamente com as penalidades definidas nos itens 16.2.1, 16.2.3 e 16.2.4.

16.2.3 **Impedimento de licitar** e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, nos casos dos subitens 16.1.2 a 16.1.7 deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

16.2.4 **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, nos casos dos subitens 16.1.8 a 16.1.12, deste Termo de Referência;

16.3 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

16.4 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021).

16.5 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o rito procedimental previsto no Capítulo I do Título IV da Lei nº 14.133/2021 – Das Infrações e Sanções Administrativas, especialmente o disposto no caput e parágrafos do art. 158 da referida Lei, bem como as regras estabelecidas neste instrumento.

16.6 Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, o órgão fiscalizador deverá notificar o interessado contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia.

16.6.1 A notificação deverá ocorrer pessoalmente, eletronicamente com confirmação de recebimento, ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo:

- a) a descrição da conduta considerada irregular;
- b) o fundamento legal ou contratual da infração;
- c) a sanção que poderá ser aplicada;
- d) o prazo para apresentação de defesa;
- e) o local ou meio para apresentação da defesa.

16.6.2 O prazo para apresentação de defesa prévia será de:

- a) 05 (cinco) dias úteis para as penalidades de advertência e multa;

b) 15 (quinze) dias úteis para as penalidades de impedimento de licitar e contratar ou declaração de inidoneidade.

16.6.3 A CONTRATADA comunicará à Administração as mudanças de endereço ocorridas no curso da vigência contratual, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação.

16.6.4 Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, a DPES proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso do interessado que deverá ser exercido nos termos da Lei nº 14.133/2021.

16.6.5 O recurso administrativo será submetido à análise da Assessoria Jurídica da DPES (ASJUR) quando se tratar de sanções de impedimento ou inidoneidade.

16.7 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021):

16.7.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;

16.7.2 As peculiaridades do caso concreto;

16.7.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

16.7.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

16.7.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

16.8 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

16.9 A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133/2021).

16.10 A CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161, da Lei nº 14.133/2021).

16.11 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

16.12 Sem prejuízo da aplicação das sanções acima descritas, a prática de quaisquer atos lesivos à administração pública na licitação ou na execução do contrato, nos termos da Lei 12.846/2013, será objeto de imediata apuração observando-se o devido processo legal estabelecido no marco regulatório estadual anticorrupção.

16.13 Para fins de fiscalização da execução contratual e verificação do cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, as infrações poderão ser graduadas e sancionadas conforme a tabela abaixo.

| Nível da Falha | Critério de Identificação | Sanção Aplicável |
|------------------------|--|---|
| I – Leve | Descumprimento pontual de obrigação contratual que não cause prejuízo relevante à Administração nem comprometa a execução do objeto. | Notificação para correção imediata e, em caso de reincidência, advertência. |
| II – Média | Descumprimento contratual que cause atraso ou prejuízo moderado à execução do objeto, ou reincidência em falhas leves. | Aplicação de multa moratória e notificação formal para correção da irregularidade. |
| III – Grave | Descumprimento contratual que comprometa significativamente a execução do objeto, caracterize inexecução parcial relevante ou reincidência em falhas médias. | Aplicação de multa compensatória, podendo ser cumulada com impedimento de licitar e contratar, conforme o caso. |
| IV – Gravíssima | Inexecução total do contrato, fraude, apresentação de documentação falsa, comportamento inidôneo ou prática de ato ilícito contra a Administração. | Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, sem prejuízo das demais sanções cabíveis. |

17 DA AMOSTRA

17.1 Para a presente contratação, não será exigida a apresentação de amostras dos produtos pelos licitantes, considerando que as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência são suficientes para a adequada caracterização do objeto.

17.2 A dispensa de amostras fundamenta-se na natureza comum dos materiais a serem adquiridos, amplamente disponíveis no mercado, cujas características podem ser objetivamente verificadas por meio das especificações técnicas, catálogos, fichas técnicas e demais documentos apresentados pelos licitantes.

17.3 A verificação da conformidade dos materiais fornecidos será realizada no momento do recebimento provisório e definitivo, conforme critérios estabelecidos neste Termo de Referência, podendo a Administração, quando necessário, solicitar documentação técnica complementar que comprove o atendimento às exigências contratuais.

18 DA GARANTIA CONTRATUAL

18.1 Não será exigida garantia contratual da execução, considerando que o objeto da contratação possui natureza de fornecimento de bens comuns, com baixo grau de complexidade e reduzido risco de inadimplemento contratual.

18.2 Os riscos inerentes à contratação mostram-se suficientemente mitigados pelas condições de recebimento, critérios de aceitação, sanções administrativas e garantia

mínima dos produtos estabelecidas neste Termo de Referência, em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133/2021.

19 DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

19.1 Não serão admitidas adesões à presente Ata de Registro de Preços, considerando as limitações operacionais atualmente existentes no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo, especialmente quanto à capacidade de gestão e fiscalização contratual pelo Setor Administrativo, que não dispõe de estrutura de pessoal suficiente para absorver eventual incremento de demandas decorrentes de adesões.

20 DOS RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

20.1 O presente Termo de Referência foi elaborado e é de inteira responsabilidade da Gerência Administrativa da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo, unidade competente para o planejamento, coordenação e definição das diretrizes técnicas e administrativas relativas à presente contratação.

20.2 O documento reflete as necessidades institucionais identificadas, bem como os critérios técnicos e operacionais necessários à adequada execução do objeto, observando-se as disposições legais e normativas aplicáveis.

Responsável pela elaboração técnica:

Bárbara Barbosa Alves
Assessora Padrão IV
Nº Funcional: 646204-01

Aprovação do setor demandante:

Rodrigo Puton
Gerente Administrativo
Nº Funcional: 644303-01

ANEXO II – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE ELETRODOMÉSTICOS (REFRIGERADOR DOMÉSTICO – DUPLEX, REFRIGERADOR DOMÉSTICO – COMPACTO (FRIGOBAR), FORNO DE MICRO-ONDAS, SANDUICHEIRA ELÉTRICA PORTÁTIL, TELEVISOR SMART TV LED 43” E TELEVISOR SMART TV LED 55”), PARA ATENDER A ESSA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

1 DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.1 A contratação pretendida revela-se necessária para assegurar condições adequadas de funcionamento, organização e suporte às atividades institucionais da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo (DPES), especialmente no que se refere à estrutura física de apoio às unidades de atendimento e aos ambientes administrativos.

1.2 No contexto das atividades desenvolvidas, que envolvem atendimento contínuo ao público, realização de reuniões, ações institucionais e rotinas administrativas, torna-se imprescindível dispor de equipamentos que contribuam para a funcionalidade dos espaços, o conforto dos usuários e a adequada execução das atividades.

1.3 O levantamento da necessidade foi realizado a partir de demandas formalizadas pelas unidades e de verificações técnicas in loco, evidenciando a insuficiência, inadequação e, em alguns casos, a inexistência de equipamentos essenciais ao suporte das rotinas institucionais.

1.4 Esse cenário tem gerado impactos relevantes, como limitações na organização dos ambientes, dificuldades na conservação de alimentos, restrições à realização de atividades de apoio e prejuízos ao conforto de servidores e assistidos.

1.5 Adicionalmente, foi constatada a existência de equipamentos obsoletos, danificados ou sem condições de uso, o que reforça a necessidade de substituição e de recomposição do acervo existente, de forma a garantir maior eficiência e padronização da infraestrutura.

1.6 Nesse sentido, a disponibilização de equipamentos adequados contribui diretamente para a melhoria das condições de trabalho, para o bem-estar dos usuários e para a qualidade dos serviços prestados pela instituição.

1.7 Diante desse contexto, a presente demanda tem como objetivo o Registro de Preços para futura aquisição de eletrodomésticos, incluindo refrigerador doméstico duplex, refrigerador compacto (frigobar), forno de micro-ondas, sanduicheira elétrica portátil, bem como televisores smart TV LED de 43” e 55”, destinados à estruturação e adequação das unidades da Defensoria Pública.

1.8 A definição dos quantitativos foi fundamentada em levantamento técnico realizado pelas áreas competentes, considerando as demandas das unidades, a necessidade de reposição de equipamentos inservíveis e a padronização dos itens a serem disponibilizados.

1.9 Considerando a natureza descentralizada e a variabilidade das demandas institucionais, optou-se pela adoção do Sistema de Registro de Preços, instrumento que proporciona maior flexibilidade, economicidade e eficiência na gestão das aquisições.

1.10 O Sistema de Registro de Preços, com vigência de 12 (doze) meses, prorrogável por igual período, possibilita a contratação conforme a necessidade da Administração, evitando aquisições desnecessárias e promovendo melhor planejamento dos recursos públicos.

1.11 Ademais, considerando que a Ata de Registro de Preços nº 015/2025 expira em 21 de julho de 2026, a abertura antecipada do presente certame configura medida de prudência administrativa, com o objetivo de evitar o desabastecimento do almoxarifado e assegurar a continuidade do fornecimento pelo período subsequente.

1.12 O planejamento prévio da contratação mitiga o risco de descontinuidade no atendimento das demandas institucionais, afasta a necessidade de contratações emergenciais e resguarda a Administração de eventuais prejuízos operacionais decorrentes do tempo necessário à condução regular dos procedimentos licitatórios.

1.13 Dessa forma, a contratação proposta visa garantir a adequada estruturação das unidades, promover melhores condições de trabalho e atendimento, e assegurar a continuidade e a eficiência na prestação dos serviços públicos pela Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo.

2 DA PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

2.1 A presente contratação está devidamente prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo, instrumento de governança que consolida, de forma sistematizada, as demandas necessárias ao regular funcionamento das unidades ao longo do exercício.

2.2 A inserção da demanda no PCA decorre de planejamento realizado pelas áreas técnicas competentes, com base no levantamento das necessidades estruturais das unidades, especialmente quanto à adequação dos ambientes de apoio e à disponibilização de recursos que contribuam para melhores condições de trabalho e atendimento.

2.3 Para a definição da demanda, foram considerados aspectos como a insuficiência ou inexistência de equipamentos em determinadas unidades, a necessidade de substituição de itens inservíveis ou obsoletos, bem como a padronização da infraestrutura, visando maior eficiência operacional e uniformidade nos ambientes institucionais.

2.4 O planejamento também levou em conta a importância de garantir condições adequadas de funcionamento das unidades, de modo a evitar prejuízos à execução das atividades administrativas e ao atendimento ao público, assegurando maior qualidade na prestação dos serviços.

2.5 A previsão no PCA contribui para a racionalização das contratações, permitindo o adequado alinhamento entre as demandas institucionais e a disponibilidade orçamentária, além de favorecer maior controle, transparência e eficiência na aplicação dos recursos públicos.

2.6 Adicionalmente, o planejamento prévio possibilitou a definição de estratégia de contratação mais adequada, como a utilização do Sistema de Registro de Preços, instrumento que confere maior flexibilidade e eficiência na aquisição dos itens, de acordo com a evolução das necessidades das unidades.

2.7 Dessa forma, a presente contratação encontra-se alinhada ao planejamento institucional da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo, contribuindo para a melhoria das condições estruturais das unidades, o suporte às atividades institucionais e o aprimoramento contínuo dos serviços prestados à população.

3 DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 A contratação deverá observar, como requisitos mínimos, o integral cumprimento das condições estabelecidas neste Estudo Técnico Preliminar e nos demais documentos que instruem o processo, de modo a assegurar o adequado atendimento às necessidades institucionais da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo (DPES).

3.2 A empresa contratada deverá garantir o fornecimento dos itens em conformidade com os quantitativos, especificações técnicas, prazos e demais condições estabelecidas, assegurando sua adequada utilização nas unidades administrativas e de atendimento.

3.3 Os bens fornecidos deverão ser novos, sem uso anterior, sendo vedada a entrega de itens reconicionados, remanufaturados ou reutilizados. Deverão, ainda, estar em linha de produção ou contar com suporte técnico oficial do fabricante, garantindo assistência técnica e reposição de peças durante sua vida útil.

3.4 Os equipamentos deverão apresentar características técnicas compatíveis com as finalidades institucionais, observando critérios de funcionalidade, eficiência, segurança, ergonomia e durabilidade, de modo a atender adequadamente às condições de uso nas unidades da DPES.

3.5 As especificações técnicas definidas neste estudo correspondem a requisitos mínimos necessários ao atendimento da demanda, não tendo por objetivo restringir a competitividade, sendo admitidos produtos equivalentes ou superiores, desde que comprovadamente atendam aos parâmetros estabelecidos.

3.6 Os bens deverão estar em conformidade com as normas técnicas e regulamentações vigentes no território nacional, especialmente aquelas expedidas por

órgãos competentes, tais como o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e, quando aplicável, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), no que se refere à segurança, qualidade, eficiência e adequação ao uso.

3.7 Os produtos deverão possuir certificações e selos de conformidade exigidos para comercialização no Brasil, incluindo, quando aplicável, certificação compulsória do INMETRO, além de atender às normas da ABNT relacionadas à segurança elétrica, desempenho e requisitos técnicos aplicáveis.

3.8 Os equipamentos deverão ser fornecidos com garantia do fabricante, pelo prazo mínimo a ser definido neste Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência, abrangendo assistência técnica, manutenção corretiva e substituição de componentes defeituosos, sem quaisquer ônus adicionais para a Administração, com atendimento em prazo razoável e compatível com a criticidade do item.

3.9 Todos os bens deverão ser entregues em suas embalagens originais, devidamente lacradas e em perfeito estado de conservação, contendo identificação do fabricante, modelo, número de série e demais informações necessárias ao controle patrimonial.

3.10 Os equipamentos deverão ser acompanhados de todos os acessórios indispensáveis ao seu pleno funcionamento, bem como de manuais de instrução, preferencialmente em língua portuguesa.

3.11 A contratada deverá assegurar que os itens estejam em perfeitas condições de uso, responsabilizando-se pela substituição de quaisquer produtos que apresentem defeitos, vícios ou desconformidade com as especificações estabelecidas.

3.12 A entrega deverá ocorrer nos locais indicados pela Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo, sendo de responsabilidade da contratada todas as etapas logísticas, incluindo transporte, acondicionamento, descarga e disponibilização adequada dos bens.

3.13 Os produtos deverão ser acompanhados de nota fiscal emitida conforme a legislação vigente, contendo descrição detalhada, incluindo marca, modelo, quantitativo e demais informações necessárias à conferência e ao registro patrimonial.

3.14 A contratada deverá substituir, sem ônus para a Administração, quaisquer itens que apresentem falhas, avarias ou divergências em relação ao contratado, seja no momento da entrega ou durante o período de garantia.

3.15 A empresa deverá manter canal de comunicação ativo com a equipe responsável pela gestão contratual, assegurando suporte adequado, acompanhamento das demandas e resolução tempestiva de eventuais ocorrências.

3.16 Os requisitos estabelecidos neste item visam assegurar que os bens adquiridos atendam aos padrões de qualidade, segurança e desempenho exigidos, contribuindo para a adequada estruturação das unidades e para a eficiência das atividades institucionais.

3.17 Dessa forma, busca-se garantir maior confiabilidade na execução contratual, a durabilidade dos bens fornecidos e a observância dos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e interesse público.

4 DA ESTIMATIVA DA QUANTIDADE

4.1 A estimativa dos quantitativos foi definida com base em levantamento técnico realizado pelas áreas competentes da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo (DPES), considerando as necessidades operacionais das unidades, as condições atuais da infraestrutura e a demanda por adequação e reaparelhamento dos ambientes institucionais.

4.2 O dimensionamento levou em consideração as informações obtidas junto às unidades administrativas, bem como análises in loco, nas quais foram identificadas situações de insuficiência, inexistência ou inadequação de itens essenciais ao pleno funcionamento das rotinas institucionais e ao atendimento ao público.

4.3 A estimativa contempla, ainda, a substituição de itens obsoletos, danificados ou sem condições de uso, bem como a ampliação da estrutura disponível, com o objetivo de promover maior padronização, funcionalidade e eficiência nos ambientes da instituição.

4.4 A adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se pela natureza descentralizada da demanda e pela necessidade de aquisições sob demanda, permitindo contratações parceladas ao longo da vigência da ata, conforme a efetiva necessidade da Administração, sem obrigatoriedade de aquisição integral dos quantitativos estimados.

4.5 Os bens a serem fornecidos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo, contra defeitos de fabricação, com assistência técnica prestada por rede autorizada no Estado do Espírito Santo, abrangendo manutenção corretiva e substituição de componentes defeituosos, sem quaisquer ônus adicionais para a Administração.

4.6 Quadro de Quantitativo Estimado:

| GRUPO 01 | | | | |
|----------|--|-------------------------|---------------------|---------------------|
| ITEM | DESCRIÇÃO | UNIDADE DE FORNECIMENTO | QUANTIDADE E MINIMA | QUANTIDADE E MAXIMA |
| | <p>REFRIGERADOR DOMÉSTICO, TIPO DUPLEX (02 PORTAS), COMPOSTO POR REFRIGERADOR E FREEZER INDEPENDENTES.</p> <p>Capacidade Total Líquida: Mínima de 300 litros e máxima de 342 litros.</p> <p>Sistema de Degelo: Tecnologia <i>Frost Free</i> (degelo automático).</p> <p>Eficiência Energética: Classificação "A" no Selo PROCEL de economia de energia.</p> <p>Configuração Interna:</p> <ul style="list-style-type: none"> Prateleiras internas removíveis e reguláveis para otimização de espaço; Gaveta específica para guarda de legumes/vegetais; Sistema de iluminação interna (LED ou incandescente protegida). | UNIDADE | 01 | 15 |

| | | | | |
|----|--|--|--|--|
| 01 | <p>Recursos de Controle: Termostato para controle de temperatura ajustável.</p> <p>Estrutura Externa:</p> <ul style="list-style-type: none"> Cor: Branca; Pés estabilizadores com nivelamento. <p>Dimensões Aproximadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> Altura: Entre 1,50 m e 1,70 m; Largura: Entre 50 cm e 60 cm; Profundidade: Entre 60 cm e 70 cm. <p>Será admitida variação de até 10% exclusivamente nas dimensões do equipamento (altura, largura e profundidade), para mais ou para menos, considerando as variações existentes entre fabricantes e modelos disponíveis no mercado, desde que não haja prejuízo à funcionalidade e ao atendimento da necessidade administrativa.</p> <p>Requisitos Elétricos: Compatibilidade com as tensões de 110V ou</p> | | | |
|----|--|--|--|--|

| | | | |
|---|--|--|--|
| 220V (a definir conforme local de instalação no ato da ordem de fornecimento). | | | |
| Garantia: Mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, com assistência técnica autorizada no Estado do Espírito Santo. | | | |

| GRUPO 02 | | | | |
|----------|---|-------------------------|---------------------|---------------------|
| ITEM | DESCRIÇÃO | UNIDADE DE FORNECIMENTO | QUANTIDADE E MINIMA | QUANTIDADE E MAXIMA |
| 02 | REFRIGERADOR DOMÉSTICO TIPO COMPACTO (FRIGOBAR), DE UMA PORTA, PROJETADO PARA OTIMIZAÇÃO DE ESPAÇO EM AMBIENTES DE ESCRITÓRIO E NÚCLEOS DE ATENDIMENTO. Capacidade Líquida Total: Mínima de 120 litros e máxima de 125 litros. Cor: Branca. Desempenho e Eficiência: Potência Nominal: Mínima de 80 W; | UNIDADE | 01 | 15 |

| | | | |
|---|--|--|--|
| <p>· Eficiência Energética: Classificação "A" (Selo PROCEL de economia de energia).</p> <p>Configuração e Recursos:</p> <ul style="list-style-type: none"> · Controle de temperatura ajustável (termostato interno); · Compartimentos internos para latas, garrafas e prateleiras para organização de alimentos; · Compartimento de resfriamento extra (congelador interno); · Pés estabilizadores com sistema de nivelamento. <p>Dimensões aproximadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> · Altura: Entre 85 cm e 90 cm; · Largura: Entre 45 cm e 50 cm; · Profundidade: Entre 50 cm e 55 cm. <p>Será admitida variação de até 10% exclusivamente nas dimensões do equipamento</p> | | | |
|---|--|--|--|

| | | | |
|--|--|--|--|
| <p>(altura, largura e profundidade), para mais ou para menos, considerando as variações existentes entre fabricantes e modelos disponíveis no mercado, desde que não haja prejuízo à funcionalidade e ao atendimento da necessidade administrativa.</p> <p>Requisitos Elétricos:</p> <ul style="list-style-type: none"> Disponibilidade nas tensões de 110V ou 220V (conforme demanda de cada unidade da Defensoria Pública). <p>Garantia: Mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, com assistência técnica autorizada no Estado do Espírito Santo.</p> | | | |
|--|--|--|--|

| GRUPO 03 | | | | |
|----------|--|-------------------------|-------------------|-------------------|
| ITEM | DESCRIÇÃO | UNIDADE DE FORNECIMENTO | QUANTIDADE MINIMA | QUANTIDADE MAXIMA |
| 03 | FORNO DE MICRO-ONDAS DE USO DOMÉSTICO/COMERCIAL LEVE, COM GABINETE E CAVIDADE INTERNA EM | UNIDADE | 01 | 40 |

**MATERIAL
RESISTENTE À
CORROSÃO.**

Capacidade Útil: Mínima de 30 litros e máxima de 35 litros.

Cor: Branca.

Interface e Controle:

- Painel de controle digital com display luminoso;
- Funções pré-programadas (teclas de atalho para preparos rápidos);
- Funções de relógio e timer (temporizador) digital integrados.

Desempenho e Segurança:

- **Potência Nominal:** Mínima de 800 W;
- Sistema de prato giratório para aquecimento uniforme;
- Trava de segurança eletrônica (bloqueio de teclado/painel).

Eficiência Energética e

| | | | |
|---|--|--|--|
| <p>Normatização:</p> <ul style="list-style-type: none"> · Classificação de Eficiência Energética: Nível "A" ou "B" (conforme Etiqueta Nacional de Conservação de Energia - ENCE/INMETRO); · Fabricação em estrita observância às normas técnicas vigentes (ABNT/Inmetro) aplicáveis a aparelhos eletrodomésticos. <p>Requisitos Elétricos: Disponibilidade nas tensões de 110V ou 220V (a definir conforme local de instalação no ato da ordem de fornecimento).</p> <p>Acessórios e Documentação:</p> <ul style="list-style-type: none"> · Acompanhado de manual de instruções de uso e instalação em língua portuguesa. <p>Garantia: Mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, com assistência técnica autorizada no Estado do Espírito Santo.</p> | | | |
|---|--|--|--|

| GRUPO 04 | | | | |
|----------|---|-------------------------|---------------------|---------------------|
| ITEM | DESCRIÇÃO | UNIDADE DE FORNECIMENTO | QUANTIDADE E MINIMA | QUANTIDADE E MAXIMA |
| 04 | <p>SANDUICHEIRA ELÉTRICA PORTÁTIL</p> <p>Aparelho eletroportátil destinado ao preparo de alimentos (sanduíches e grelhados rápidos), com design compacto e funcional.</p> <p>Cor: Preta.</p> <p>Potência Nominal: Mínima de 750 W, garantindo aquecimento rápido e uniforme.</p> <p>Superfície de Aquecimento: Placas internas duplas (superior e inferior) com revestimento antiaderente de alta resistência, para evitar a aderência de resíduos e facilitar a higienização.</p> <p>Recursos de Segurança e Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> · Trava de segurança: Sistema de fechamento por presilha para | UNIDADE | 01 | 30 |

| | | | |
|---|--|--|--|
| <p>prensagem adequada e proteção durante o uso;</p> <ul style="list-style-type: none"> · Sinalização Luminosa: Luzes indicadoras de funcionamento (ligado) e de aquecimento concluído (pronto para uso); · Alça com isolamento térmico (toque frio) para manuseio seguro. <p>Requisitos Elétricos:</p> <ul style="list-style-type: none"> · Disponibilidade nas tensões de 110V ou 220V (conforme demanda das unidades da Defensoria Pública). <p>Normatização: Fabricação e em conformidade com as normas técnicas vigentes (ABNT/Inmetro).</p> <p>Garantia: Mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, com assistência técnica autorizada no Estado do Espírito Santo.</p> | | | |
|---|--|--|--|

| GRUPO 05 | | | | |
|----------|---|-------------------------|---------------------|---------------------|
| ITEM | DESCRIÇÃO | UNIDADE DE FORNECIMENTO | QUANTIDADE E MINIMA | QUANTIDADE E MAXIMA |
| 05 | <p>TELEVISOR SMART TV LED 43"</p> <p>Aparelho de televisão com tecnologia Smart TV, destinado à exibição de conteúdos informativos, treinamentos e entretenimento nas unidades da Defensoria Pública.</p> <p>Tecnologia do Pannel: Display tipo LED com conversor digital integrado (DTV).</p> <p>Dimensões e Resolução:</p> <ul style="list-style-type: none"> · Tamanho da Tela: Mínimo de 43 polegadas (43"); · Resolução de Imagem: Full HD (mínimo de 1920 x 1080 pixels); · Recursos de Vídeo: Varredura progressiva (<i>Progressive Scan</i>) para maior fluidez de imagem. | UNIDADE | 01 | 20 |

| | | | | |
|--|--|--|--|--|
| | <p>Funcionalidades e Software:</p> <ul style="list-style-type: none"> · Sistema Smart: Wi-Fi integrado para acesso a aplicativos e conteúdos de rede; · Interface: Menu de configurações totalmente em Português (Brasil); · Recursos de Programação: Timer On/Off, <i>Sleep Timer</i> (desligamento programado) e bloqueio de canais/conteúdo; · Gravação: Função de gravador de programas (PVR) via conexão externa. <p>Áudio e Acessibilidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> · Potência de Áudio: Mínima de 15 W RMS; · Recursos de Som: Estéreo; · Acessibilidade: Suporte a Legendas Ocultas (<i>Closed Caption</i>). <p>Conectividade (Interfaces):</p> <ul style="list-style-type: none"> · HDMI: Mínimo de | | | |
|--|--|--|--|--|

| | | | | |
|--|---|--|--|--|
| | <p>03 (três) entradas;</p> <ul style="list-style-type: none"> · USB: Mínimo de 02 (duas) entradas; · Entrada de Rede (LAN/RJ45) e entrada de RF para antena. <p>Acessórios Inclusos:</p> <ul style="list-style-type: none"> · Controle remoto com pilhas; · Cabo de alimentação AC; · Base/Pés de apoio (pedestal); · Manual do usuário e termo de garantia em português. <p>Requisitos Elétricos: Alimentação bivolt automática (110V/220V). Garantia: Mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, com assistência técnica autorizada no Estado do Espírito Santo.</p> | | | |
|--|---|--|--|--|

| GRUPO 06 | | | | |
|----------|-----------|------------------------|---------------------|---------------------|
| ITEM | DESCRIÇÃO | UNIDADE DE FORNECIMENT | QUANTIDADE E MINIMA | QUANTIDADE E MAXIMA |

| | | O | | |
|----|---|---------|----|----|
| 06 | <p>TELEVISOR SMART TV LED 55"</p> <p>Aparelho de televisão com tecnologia Smart TV, tela de grandes dimensões, destinado a salas de reunião, auditórios ou áreas de recepção de grande fluxo da Defensoria Pública.</p> <p>Tecnologia do Pannel: Display tipo LED com conversor digital integrado (DTV).</p> <p>Dimensões e Resolução:</p> <ul style="list-style-type: none"> · Tamanho da Tela: 55 polegadas (55"); · Resolução de Imagem: Mínima Full HD (1920 x 1080 pixels) ou superior (4K/UHD); · Recursos de Vídeo: Varredura progressiva (<i>Progressive Scan</i>) e processamento digital de imagem. <p>Funcionalidades Smart e Software:</p> <ul style="list-style-type: none"> · Conectividade: Wi-Fi integrado e entrada LAN (RJ45) para rede | UNIDADE | 01 | 05 |

| | | | | |
|--|--|--|--|--|
| | <p>cabeada;</p> <ul style="list-style-type: none">· Interface: Sistema operacional com Menu de configurações e navegação totalmente em Português (Brasil);· Recursos de Programação: Timer On/Off (agendamento), <i>Sleep Timer</i> (desligamento automático) e sistema de bloqueio de canais/conteúdo por senha.· Gravação: Função de gravador de programas (PVR) via dispositivo USB externo. <p>Áudio e Acessibilidade:</p> <ul style="list-style-type: none">· Potência de Áudio: Mínima de 15 W RMS;· Recursos de Som: Sistema estéreo com redutor de ruídos;· Acessibilidade: Suporte a Legendas Ocultas (<i>Closed Caption</i>) e descrição de áudio (quando disponível na | | | |
|--|--|--|--|--|

| | | | |
|--|--|--|--|
| transmissão). | | | |
| <p>Conectividade (Interfaces):</p> <ul style="list-style-type: none"> · HDMI: Mínimo de 03 (três) entradas (para conexão simultânea de computadores e receptores); · USB: Mínimo de 02 (duas) entradas para reprodução de mídia e gravação. <p>Acessórios e Instalação:</p> <ul style="list-style-type: none"> · Controle remoto com pilhas inclusas; · Cabo de alimentação AC; · Base/Pés de apoio originais; · Manual do usuário e termo de garantia em língua portuguesa. <p>Requisitos</p> <p>Elétricos: Alimentação bivolt automática (110V/220V).</p> <p>Garantia: Mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, com assistência técnica autorizada no Estado do Espírito Santo.</p> | | | |

5 DO LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1 O levantamento de mercado foi realizado com o objetivo de identificar soluções disponíveis que atendessem aos requisitos de qualidade, funcionalidade, durabilidade, assistência técnica e custo-benefício, voltadas ao fornecimento de eletrodomésticos destinados às unidades da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo.

5.2 Em observância ao art. 18, §1º, IV da Lei nº 14.133/2021, a equipe de planejamento analisou diferentes alternativas disponíveis no mercado, considerando aspectos técnicos, operacionais e econômicos, conforme síntese a seguir:

| Alternativa Analisada | Qualidade e Adequação ao Uso Institucional | Custo Estimado | Facilidade de Gestão e Manutenção | Viabilidade Técnica / Uso Institucional | Conclusão |
|---------------------------------|--|---|---|---|--------------------------|
| Aquisição de equipamentos novos | Alta. Produtos atuais, com melhor desempenho, maior durabilidade e garantia do fabricante. | Moderado. Melhor relação entre custo e vida útil. | Alta. Permite padronização e maior previsibilidade de manutenção. | Alta. Atende plenamente às necessidades institucionais. | Solução escolhida |

| | | | | | |
|--|---|---|---|---|---|
| Locação de equipamentos | Alta. Equipamentos atualizados com suporte do fornecedor. | Elevado. Custos contínuos ao longo do contrato. | Média. Dependência contratual para manutenção e substituição. | Viável tecnicamente, porém menos vantajosa economicamente. | Descartada por menor economicidade a longo prazo |
| Aquisição de equipamentos usados/recondicionados | Média. Possível desgaste e menor vida útil. | Baixo. Menor custo inicial. | Baixa. Maior risco de falhas e manutenção frequente. | Baixa. Não atende de forma satisfatória às necessidades institucionais. | Descartada por risco operacional e baixa confiabilidade |
| Manutenção do cenário atual | Baixa. Insuficiência e inadequação dos equipamentos existentes. | Sem custo imediato. | Baixa. Aumento de falhas e limitações operacionais. | Inadequada. Não atende às necessidades institucionais. | Descartada por inadequação às necessidades institucionais |

5.3 Adicionalmente, considerando as características da demanda — natureza comum, possibilidade de aquisições parceladas, padronização dos itens e necessidade de atendimento contínuo — foram analisados os seguintes cenários quanto à forma de contratação:

a) Realização de procedimento licitatório sem Sistema de Registro de Preços:

Embora juridicamente possível, essa alternativa não se mostra a mais adequada sob a ótica da eficiência administrativa, pois exige a definição prévia e integral dos quantitativos em um contexto de demanda variável e descentralizada. Tal rigidez pode resultar tanto em aquisições superiores à real necessidade, com imobilização indevida

de recursos públicos, quanto em quantitativos insuficientes, demandando a abertura de novos certames em curto prazo.

Conclusão: descartada por inadequação à natureza variável da demanda e risco à economicidade.

b) Adesão a Ata de Registro de Preços de outros órgãos (carona):

Apesar de prevista na legislação, essa alternativa depende da existência de ata vigente compatível, da anuência do órgão gerenciador e da demonstração de vantajosidade. Além disso, pode não atender de forma plena às especificidades técnicas e quantitativas da Defensoria Pública, comprometendo a aderência da contratação às necessidades reais e a autonomia do planejamento institucional.

Conclusão: descartada por risco de inadequação técnica e limitação à autonomia administrativa.

c) Contratação direta por dispensa de licitação:

Mostra-se inadequada como solução estruturante, considerando o caráter recorrente e planejável da demanda. Essa modalidade não favorece o ganho de escala, a padronização dos itens nem a eficiência na gestão contratual, podendo resultar em contratações fragmentadas e menos vantajosas sob o aspecto econômico.

Conclusão: descartada por incompatibilidade com a natureza contínua da demanda e prejuízo à eficiência.

d) Formação de Ata de Registro de Preços própria:

Apresenta-se como a alternativa mais vantajosa, nos termos dos arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 11.462/2023, por permitir aquisições conforme a necessidade da Administração e disponibilidade orçamentária, sem obrigatoriedade de contratação integral dos quantitativos estimados. Esse modelo assegura maior flexibilidade, padronização dos itens, ganho de escala, ampliação da competitividade e eficiência na gestão contratual, além de mitigar riscos de desabastecimento.

Conclusão: solução escolhida.

5.4 Após a análise das alternativas, verificou-se que a aquisição de eletrodomésticos novos constitui a solução mais adequada, por atender de forma satisfatória às necessidades institucionais, promover melhores condições de uso nas unidades e garantir maior durabilidade e confiabilidade dos bens.

5.5 Sob a perspectiva da economicidade e da eficiência, a adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se proporcional à natureza da demanda, permitindo aquisições sob demanda, redução de custos administrativos e melhor gestão dos recursos públicos.

5.6 Conclui-se, portanto, que a formação de Ata de Registro de Preços configura a solução mais adequada para atendimento das necessidades institucionais, contribuindo para a adequada estruturação das unidades, a continuidade das atividades e a observância dos princípios do planejamento, economicidade, eficiência e interesse público.

6 DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

6.1 A estimativa preliminar de preços tem por finalidade subsidiar a análise da viabilidade orçamentária e financeira da contratação, destinada ao fornecimento de eletrodomésticos para atendimento das necessidades da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo (DPES), bem como servir de parâmetro inicial para a adequada instrução do processo administrativo.

6.2 Os valores estimados foram obtidos mediante pesquisa de mercado realizada junto a fornecedores e empresas do ramo, observando-se critérios de razoabilidade, economicidade, competitividade e vantajosidade, em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021.

6.3 A pesquisa considerou produtos com características equivalentes quanto à qualidade, especificações técnicas, garantia e condições de fornecimento, de modo a assegurar maior consistência na formação do valor estimado e refletir, de forma fidedigna, os preços praticados no mercado para itens compatíveis com a necessidade institucional.

6.4 Ressalta-se que os valores apresentados possuem caráter meramente estimativo e referencial, destinando-se ao planejamento da contratação, podendo variar conforme as propostas a serem apresentadas no procedimento licitatório.

| GRUPO 01 | | | | | | | |
|----------|---------------|-----|--|--|---|----------------------------|--------------------------|
| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | QTD | FORNECEDOR: FADINI SOLUÇÕES LTDA ME | FORNECEDOR: ARP Nº 73/2025 – PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO JEQUITIBÁ/MG - Supermercado Soares & Arruda LTDA | FORNECEDOR: ARP Nº 20/2025 – TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS - CROMA TECNOLOGIA DA | VALOR MÉDIO UNITÁRIO | VALOR MÉDIO GLOBAL |

| | | | | | INFORMAÇÃO LTDA. | | |
|----|---|----|--------------|--------------|------------------|--------------|---------------|
| 01 | REFRIGERADOR DOMÉSTICO TIPO DUPLEX (2 PORTAS) | 15 | R\$ 3.618,00 | R\$ 3.055,00 | R\$ 2.499,00 | R\$ 3.057,33 | R\$ 45.859,95 |

| GRUPO 02 | | | | | | | |
|----------|----------------------------------|-----|---------------------------------------|--|--|----------------------|--------------------|
| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | QTD | FORNECEDOR R: FADINI SOLUÇÕES LTDA ME | FORNECEDOR R: ARP Nº 72/2025 – CÂMARA DOS DEPUTADOS/ SP - 59.582.423-FLÁVIA RIBEIRO LIMA | FORNECEDOR R: ARP Nº 30/2025 – TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUI - A ECONOMICA COMERCIO LTDA - ME | VALOR MÉDIO UNITÁRIO | VALOR MÉDIO GLOBAL |
| 02 | REFRIGERADOR COMPACTO (FRIGOBAR) | 15 | R\$ 1.045,00 | R\$ 1.028,57 | R\$ 1.157,45 | R\$ 1.077,01 | R\$ 16.155,15 |

| GRUPO 03 | | | | | | | |
|----------|----------------------|-----|---|--|--|----------------------|--------------------|
| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | QTD | FORNECEDOR : ARP Nº 072/2025 MUNICÍPIO DE ATÍLIO VIVACQUA/ES - SOUL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA | FORNECEDOR R: ARP Nº 067/2025 SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA – SEJUS /ES - FAP COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA | FORNECEDOR R: ARP Nº 014/2025 MINISTÉRIO PÚBLICO – ES – RV BORGES ME | VALOR MÉDIO UNITÁRIO | VALOR MÉDIO GLOBAL |
| 03 | FORNO DE MICRO-ONDAS | | R\$ 617,00 | R\$ 579,60 | R\$ 652,99 | R\$ 616,53 | R\$ 24.661,20 |

| GRUPO 04 | | | | | | | |
|----------|--|-----|---------------|---------------|--------------|-------------|-------------|
| ITEM | | QTD | FORNECEDOR R: | FORNECEDOR R: | FORNECEDOR : | VALOR MÉDIO | VALOR MÉDIO |

| | | | FADINI SOLUÇÕES LTDA ME | ARP M° 73/2025 – PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO JEQUITIBÁ/M G - Supermercad o Soares & Arruda LTDA | ARP N° 134/2025 – PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DOS OUROS/ MG - SOUL DISTRIBUIDOR A DE PRODUTOS E EQUIPAMENT OS INDUSTRIAIS LTDA | UNITÁRI O | GLOBA L |
|----|---------------------------------------|----|-------------------------------|---|---|--------------|-----------------|
| 04 | SANDUICHEIR A ELÉTRICA PORTÁTIL | 30 | R\$ 70,00 | R\$ 94,80 | R\$ 95,94 | R\$ 86,91 | R\$ 2.607,30 |

| GRUPO 05 | | | | | | | |
|----------|----------------------------------|---------|--|---|--|--------------------------------|------------------------------|
| ITE M | ESPECIFICAÇ ÃO | QT D | FORNECEDO R: FADINI SOLUÇÕES LTDA ME | FORNECEDO R: ARP N° 052/2025 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA BAHIA – AMENA CLIMATIZAÇ ÃO LTDA | FORNECEDO R: ARP N° 78/2025 – CÂMARA DOS DEPUTADOS - AMENA CLIMATIZAÇ ÃO LTDA | VALOR MÉDIO UNITÁRI O | VALOR MÉDIO GLOBA L |
| 05 | TELEVISOR SMART TV LED 43" | 20 | R\$ 1.407,00 | R\$ 1.246,13 | R\$ 1.369,24 | R\$ 1.340,79 | R\$ 26.815,8 0 |

| GRUPO 06 | | | | | | | |
|----------|----------------------------------|---------|--|---|--|--------------------------------|------------------------------|
| ITE M | ESPECIFICAÇ ÃO | QT D | FORNECEDO R: FADINI SOLUÇÕES LTDA ME | FORNECEDO R: ARP N° 052/2025 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA BAHIA – AMENA CLIMATIZAÇ ÃO LTDA | FORNECEDO R: ATR N 41/2025 – UNIVERSIDA DE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - GO VENDAS ELETRONICA S LTDA | VALOR MÉDIO UNITÁRI O | VALOR MÉDIO GLOBA L |
| 06 | TELEVISOR SMART TV LED 55" | 05 | R\$ 2.765,00 | R\$1.686,17 | R\$ 2.340,94 | R\$ 2.264,04 | R\$ 11.320,2 0 |

6.5 O valor estimado da contratação foi obtido por meio de pesquisa de preços realizada junto a fornecedores do ramo. Com base nos levantamentos efetuados, o custo estimado para os grupos é o seguinte:

- Grupo 01: R\$ 45.859,95 (quarenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e noventa e cinco centavos).
- Grupo 02: R\$ 16.155,15 (dezesseis mil, cento e cinquenta e cinco reais e quinze centavos).
- Grupo 03: R\$ 24.661,20 (vinte e quatro mil, seiscentos e sessenta e um reais e vinte centavos).
- Grupo 04: R\$ 2.607,30 (dois mil, seiscentos e sete reais e trinta centavos).
- Grupo 05: R\$ 26.815,80 (vinte e seis mil, oitocentos e quinze reais e oitenta centavos).
- Grupo 06: R\$ 11.320,20 (onze mil, trezentos e vinte reais e vinte centavos).

6.5.1 O valor total estimado da contratação perfaz o montante de R\$ 127.419,60 (cento e vinte e sete mil, quatrocentos e dezenove reais e sessenta centavos), conforme apurado na pesquisa prévia de preços.

6.6 Considerando os levantamentos efetuados, foi possível estabelecer um valor estimado para a contratação, que servirá como parâmetro inicial para a análise da viabilidade orçamentária e para a adequada instrução do processo administrativo de contratação.

6.7 O Sistema de Registro de Preços mostra-se especialmente adequado à presente contratação em razão da imprevisibilidade quanto ao momento exato da necessidade de

aquisição ou reposição de eletrodomésticos, bem como da necessidade de substituição gradual de equipamentos ao longo do tempo, permitindo aquisições sob demanda, conforme a disponibilidade orçamentária e a necessidade administrativa, evitando a imobilização desnecessária de recursos públicos.

6.8 Ressalta-se que o valor estimado contempla todos os custos necessários ao fornecimento do produto, incluindo despesas relacionadas à logística, transporte, entrega e demais encargos incidentes, de modo a assegurar o atendimento às unidades da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo.

6.9 Ressalva-se, ainda, que a pesquisa final de preços mercadológicos será realizada pelo Setor de Compras em momento oportuno, com vistas à consolidação e atualização do valor de referência que subsidiará a elaboração do edital e a condução do certame licitatório, garantindo maior aderência aos preços praticados no mercado no momento da licitação.

6.10 Considerando o montante estimado da contratação, destaca-se que os valores apresentados refletem levantamento preliminar realizado junto a fornecedores especializados no fornecimento de eletrodomésticos, observando-se parâmetros de mercado para bens com características e especificações equivalentes. Ressalta-se que o valor estimado não representa obrigação de contratação integral das quantidades registradas, tendo em vista que a utilização da Ata de Registro de Preços ocorrerá conforme a necessidade administrativa e a disponibilidade orçamentária da instituição.

7 DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1 A solução consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento de eletrodomésticos, destinados ao atendimento das necessidades operacionais da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo (DPES), contribuindo

para a melhoria das condições de funcionamento das unidades e para o adequado suporte às atividades institucionais.

7.2 Considerando a natureza do objeto e o disposto nos arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021, que tratam do Sistema de Registro de Preços, bem como o art. 3º, incisos I e II, do Decreto nº 11.462/2023, verifica-se ser conveniente e oportuno que o fornecimento seja realizado de forma parcelada, conforme a necessidade da Instituição.

7.3 A solução contempla o fornecimento de eletrodomésticos novos, sob demanda, assegurando a padronização dos bens, a adequação às necessidades institucionais e a racionalização dos procedimentos administrativos de aquisição.

7.4 Todos os eletrodomésticos fornecidos deverão ser novos, de primeiro uso, e atender integralmente às especificações técnicas estabelecidas neste Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência, bem como observar as normas técnicas e regulatórias aplicáveis.

7.5 Os eletrodomésticos deverão apresentar qualidade compatível com as finalidades institucionais a que se destinam, observando padrões adequados de desempenho, durabilidade, confiabilidade e segurança.

7.6 A contratação deverá observar, quando aplicável, critérios de sustentabilidade, incluindo eficiência energética, redução do consumo de energia elétrica e adoção de boas práticas ambientais relacionadas à produção, utilização e descarte de equipamentos.

7.7 O pagamento será efetuado de acordo com a efetiva entrega dos eletrodomésticos, mediante comprovação da conformidade com as especificações técnicas e quantitativas estabelecidas neste Estudo Técnico Preliminar.

7.8 O prazo máximo para entrega dos eletrodomésticos será de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento/Serviço.

7.9 Os eletrodomésticos deverão ser entregues no Setor de Almoxarifado da DPES, localizado no endereço: Av. Coronel Martins de Figueiredo, nº 152, Bairro Maruípe, Vitória/ES, CEP: 29043-060.

7.10 O recebimento inicial será realizado a título provisório, mediante conferência das quantidades, especificações e condições físicas dos eletrodomésticos entregues. A análise definitiva de conformidade será realizada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, por servidor designado ou comissão responsável, ficando o recebimento definitivo condicionado à comprovação do pleno funcionamento dos eletrodomésticos, podendo a Administração realizar testes operacionais, quando necessário.

7.11 Serão verificados, entre outros aspectos:

- a) Conformidade com as especificações técnicas exigidas;
- b) Integridade física dos eletrodomésticos e ausência de danos ou avarias;
- c) Quantidade, marca e características técnicas conforme solicitado;
- d) Funcionamento adequado dos eletrodomésticos;
- e) Identificação e procedência dos eletrodomésticos.

7.12 Serão recusados os eletrodomésticos que apresentem quaisquer das seguintes condições:

- a) Falta de conformidade com as especificações técnicas estabelecidas;
- b) Danos físicos, avarias ou sinais de violação;
- c) Eletrodomésticos defeituosos ou com falhas de funcionamento;
- d) Ausência de informações obrigatórias de identificação ou procedência;
- e) Descumprimento das normas técnicas e regulamentações aplicáveis.

7.13 Em caso de defeito, irregularidade ou não conformidade identificada após o recebimento, a contratada deverá substituir integralmente os eletrodomésticos por outros novos, de características iguais ou superiores, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da notificação formal da Defensoria Pública, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

7.14 A contratada será responsável por todos os custos e encargos relacionados ao transporte, acondicionamento, seguro, carga e descarga dos eletrodomésticos, devendo garantir a integridade dos produtos até o efetivo recebimento pela Administração.

7.15 Os eletrodomésticos deverão ser entregues devidamente acondicionados em embalagens originais do fabricante, lacradas e íntegras, garantindo sua proteção durante o transporte e armazenamento, acompanhados de manuais técnicos, certificados e, quando aplicável, controles remotos e demais acessórios necessários ao pleno funcionamento dos produtos.

7.16 Os eletrodomésticos deverão possuir identificação clara de marca, modelo e número de série, quando aplicável, de modo a possibilitar o adequado controle patrimonial e a rastreabilidade dos bens.

7.17 Os eletrodomésticos fornecidos deverão ser modelos em linha de produção do fabricante, não sendo admitidos produtos descontinuados, reconicionados, remanufaturados ou provenientes de mostruário.

7.18 Os eletrodomésticos fornecidos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega do produto, devidamente acompanhada da respectiva nota fiscal, com assistência técnica autorizada no Estado do Espírito Santo.

7.18.1 A garantia deverá contemplar manutenção corretiva, reposição de peças e suporte técnico especializado, sem ônus adicional para a Administração, assegurando a adequada operacionalidade dos eletrodomésticos durante o período contratado.

7.18.2 O atendimento técnico deverá ocorrer por meio de rede de assistência técnica autorizada, localizada no Estado do Espírito Santo, garantindo a adequada prestação dos serviços de manutenção.

7.18.3 A manutenção corretiva compreende, no mínimo, a substituição e reposição de componentes e peças, sempre que necessário à restauração do pleno funcionamento do eletrodoméstico.

7.18.4 As condições detalhadas relativas aos níveis de serviço, prazos de atendimento, forma de abertura de chamados e demais requisitos referentes à garantia e ao suporte técnico serão detalhadas no Termo de Referência, incluindo prazos de atendimento, forma de abertura de chamados e responsabilidades da contratada.

7.18.5 A exigência de garantia visa reduzir custos de manutenção corretiva, assegurar a continuidade operacional das atividades institucionais e proporcionar maior previsibilidade na gestão dos bens.

8 DA JUSTIFICATIVA DE PARCELAMENTO

8.1 A Lei nº 14.133/2021 estabelece, em seu art. 40, inciso V, alínea “b”, que o parcelamento do objeto deverá ser adotado sempre que for tecnicamente viável e economicamente vantajoso para a Administração Pública.

8.2 No presente caso, a contratação refere-se ao fornecimento de eletrodomésticos destinados ao atendimento das necessidades da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo, tratando-se de bens comuns, padronizados e amplamente disponíveis no mercado, sem exigência de interdependência técnica entre si.

8.3 Considerando a natureza dos itens a serem adquiridos, bem como a inexistência de necessidade de compatibilidade técnica entre eles, optou-se pelo parcelamento do objeto em 6 (seis) grupos distintos, organizados conforme a tipologia e especificidade de cada item.

8.4 O parcelamento adotado visa ampliar a competitividade do certame, possibilitando a participação de um maior número de fornecedores, inclusive aqueles especializados em determinados segmentos, sem prejuízo à padronização e à qualidade dos bens a serem adquiridos.

8.5 Ademais, a divisão em grupos contribui para a obtenção de propostas mais vantajosas, favorecendo a economicidade, uma vez que permite maior disputa entre os licitantes e reduz barreiras de entrada no processo licitatório.

8.6 A estruturação em grupos também facilita a gestão contratual, possibilitando maior controle sobre o fornecimento, bem como melhor acompanhamento da execução, considerando as particularidades de cada item.

8.7 Dessa forma, conclui-se que o parcelamento do objeto em 6 (seis) grupos mostra-se tecnicamente viável e economicamente vantajoso, estando em consonância com os princípios da eficiência, competitividade, economicidade, planejamento e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

9 DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

9.1 A presente contratação tem por objetivo viabilizar o fornecimento de eletrodomésticos, destinados ao atendimento das necessidades das unidades da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo – DPES, contribuindo para a adequada estruturação dos ambientes institucionais e o suporte às atividades desenvolvidas.

9.2 Com a contratação, pretende-se assegurar melhores condições de funcionamento nas unidades, por meio da disponibilização de equipamentos que promovam maior conforto, organização e apoio às rotinas administrativas e ao atendimento ao público.

9.3 Busca-se, ainda, promover a padronização dos itens a serem disponibilizados, possibilitando maior eficiência na gestão patrimonial, melhor aproveitamento dos recursos e maior durabilidade dos bens adquiridos.

9.4 A adoção do Sistema de Registro de Preços permitirá aquisições parceladas ao longo da vigência da ata, conforme a necessidade da Administração, proporcionando maior flexibilidade no planejamento, otimização da gestão dos recursos e racionalização dos gastos públicos.

9.5 Como resultados esperados, pretende-se garantir a melhoria das condições estruturais das unidades, o fortalecimento do suporte às atividades institucionais, maior conforto aos usuários e servidores, bem como maior eficiência na prestação dos serviços pela Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo.

10 DAS PROVIDÊNCIAS ANTERIORES À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

10.1 Previamente à formalização da contratação, deverão ser adotadas todas as medidas administrativas necessárias à adequada instrução do processo licitatório destinado à aquisição de eletrodomésticos, em atendimento às necessidades operacionais e institucionais da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo – DPES.

10.2 Para tanto, deverá ser integralmente concluída a fase interna do procedimento, contemplando a elaboração, análise técnica, validação e aprovação do Estudo Técnico Preliminar, do Termo de Referência e dos demais documentos que compõem o processo administrativo, assegurando-se a observância das disposições da Lei nº 14.133/2021, bem como dos princípios da legalidade, planejamento, eficiência, economicidade, transparência e interesse público.

10.3 Deverá ser previamente verificada e atestada a existência de dotação orçamentária suficiente para suportar as despesas decorrentes da contratação, em

conformidade com as normas de planejamento e execução orçamentária aplicáveis, bem como com os instrumentos de planejamento institucional vigentes.

10.4 A empresa vencedora do certame deverá comprovar, previamente à formalização da Ata de Registro de Preços ou instrumento equivalente, o atendimento integral às exigências de habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, além dos requisitos de qualificação técnica e econômico-financeira definidos no edital.

10.5 Após a formalização da contratação, deverá ser providenciada a publicação do extrato da Ata de Registro de Preços ou instrumento congênere no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, em atendimento ao disposto na Lei nº 14.133/2021, garantindo a transparência e a publicidade dos atos administrativos.

10.6 Caberá à Administração designar formalmente os responsáveis pela gestão e fiscalização contratual, competindo-lhes acompanhar a execução, verificar a conformidade dos bens fornecidos com as especificações técnicas estabelecidas, atestar o recebimento e adotar as providências necessárias à adequada execução do objeto.

10.7 Todas as providências mencionadas deverão ser adotadas de forma a assegurar a regularidade do processo de contratação, a adequada aplicação dos recursos públicos e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, em consonância com as diretrizes de governança, planejamento e gestão de contratações previstas na legislação vigente.

11 CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

11.1 Após a análise do objeto e das demandas institucionais da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo – DPES, verificou-se a inexistência de contratações correlatas ou interdependentes diretamente relacionadas à presente contratação.

11.2 A aquisição dos eletrodomésticos poderá ser realizada de forma autônoma, não sendo necessária a celebração de contratos adicionais ou a execução concomitante de outras contratações para viabilizar sua implementação e utilização no âmbito das unidades da instituição.

11.3 Dessa forma, conclui-se que a presente contratação possui independência administrativa e operacional, não estando vinculada ou condicionada a outros processos ou instrumentos contratuais, podendo ser executada de maneira isolada, sem prejuízo à sua efetividade.

12 DOS IMPACTOS AMBIENTAIS

12.1 A presente contratação refere-se ao fornecimento de eletrodomésticos, destinados ao atendimento das necessidades da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo – DPES. Considerando as características do objeto, não se verificam impactos ambientais negativos relevantes diretamente associados à aquisição, uma vez que não envolve atividades produtivas ou processos industriais conduzidos pela Administração.

12.2 Os itens a serem adquiridos são amplamente comercializados e utilizados em ambientes administrativos, apresentando baixo impacto ambiental no contexto de sua utilização. Ainda assim, deverão ser observados aspectos relacionados à eficiência energética, durabilidade e uso adequado dos equipamentos.

12.3 Durante a execução contratual, eventuais resíduos provenientes de embalagens e materiais de acondicionamento deverão ser devidamente gerenciados, em conformidade com a legislação ambiental vigente e com as boas práticas de gestão de resíduos.

12.4 Recomenda-se que os produtos sejam fornecidos com embalagens adequadas, que assegurem a integridade dos bens durante o transporte e armazenamento, contribuindo para a redução de perdas, avarias e desperdícios.

12.5 Sempre que possível, deverão ser observados critérios de sustentabilidade, tais como a preferência por equipamentos com melhor eficiência energética, maior vida útil e menor consumo de recursos, bem como a adoção de práticas que favoreçam a destinação ambientalmente adequada ao final do ciclo de vida dos bens.

12.6 Dessa forma, conclui-se que a presente contratação apresenta baixo potencial de impacto ambiental, estando alinhada às boas práticas de sustentabilidade na Administração Pública e às diretrizes de uso responsável dos recursos públicos.

13 DA VIABILIDADE DE CONTRATAÇÃO

13.1 Com base nas análises de viabilidade técnica e econômica realizadas no âmbito deste Estudo Técnico Preliminar, verifica-se que a contratação para o fornecimento de eletrodomésticos mostra-se adequada, necessária e devidamente justificada, em conformidade com a legislação vigente, especialmente com as disposições da Lei nº 14.133/2021.

13.2 A aquisição dos referidos itens é essencial para o atendimento das demandas operacionais das unidades da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo, contribuindo para a adequada estruturação dos ambientes institucionais e para o suporte às atividades administrativas e de atendimento ao público.

13.3 A disponibilização de equipamentos compatíveis com as necessidades institucionais favorece melhores condições de trabalho, organização dos espaços e apoio às rotinas diárias, contribuindo para maior eficiência na execução das atividades institucionais.

13.4 Ademais, por se tratar de bens comuns, amplamente disponíveis no mercado, com especificações consolidadas e fornecimento realizado por diversos fabricantes e

fornecedores, a contratação apresenta baixo risco operacional, elevada competitividade e adequada previsibilidade quanto ao fornecimento, fatores que contribuem para maior eficiência administrativa e economicidade na aplicação dos recursos públicos.

13.5 A adoção do Sistema de Registro de Preços contribui para o atendimento contínuo das demandas institucionais, permitindo aquisições de forma gradual, conforme a necessidade da Administração, evitando desabastecimento e promovendo maior racionalidade nas contratações.

13.6 O modelo adotado mostra-se compatível com a natureza da demanda, possibilitando aquisições parceladas, maior flexibilidade no planejamento e melhor gestão dos recursos orçamentários.

13.7 Dessa forma, conclui-se pela viabilidade técnica e econômica da contratação, assegurando a melhoria da infraestrutura das unidades, o suporte às atividades institucionais e a adequada aplicação dos recursos públicos, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade, planejamento e interesse público.

Responsável pela elaboração técnica:

Bárbara Barbosa Alves
Assessora Padrão IV
Nº Funcional: 646204-01

Aprovação do setor demandante:

Rodrigo Puton
Gerente Administrativo
Nº Funcional: 644303-01

ANEXO III – MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

À DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO PREGÃO n.º **XX/2026**

LICITANTE:**XXX**....

CNPJ:.....**XX**....

Pela presente, formulamos Proposta Comercial para fornecimento dos produtos supracitados, de acordo com todas as condições do **PREGÃO ELETRÔNICO N.º xx/2026** e seus anexos, conforme segue:

| ITEM | ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS | UNIDADE | MARCA/MODELO | QUANT. MÍN | QUANT. MÁX | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|--|---------|-----------------|------------|------------|----------------|--------------|
| 01 | <p>REFRIGERADOR DOMÉSTICO, TIPO DUPLEX (02 PORTAS), COMPOSTO POR REFRIGERADOR E FREEZER INDEPENDENTES.</p> <p>Capacidade Total Líquida: Mínima de 300 litros e máxima de 342 litros.</p> <p>Sistema de Degelo: Tecnologia <i>Frost Free</i> (degelo automático).</p> <p>Eficiência Energética: Classificação "A" no Selo PROCEL de economia de energia.</p> <p>Configuração Interna:</p> <ul style="list-style-type: none"> Prateleiras internas removíveis e reguláveis | UNIDADE | ...XX../...XX.. | 01 | 15 | R\$3.825,33 | R\$57.379,95 |

| | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|
| <p>para otimização de espaço;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Gaveta específica para guarda de legumes/vegetais; • Sistema de iluminação interna (LED ou incandescente protegida). <p>Recursos de Controle: Termostato para controle de temperatura ajustável.</p> <p>Estrutura Externa:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cor: Branca; • Pés estabilizadores com nivelamento. <p>Dimensões Aproximadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Altura: Entre 1,50 m e 1,70 m; • Largura: Entre 50 cm e 60 cm; • Profundidade: Entre 60 cm e 70 cm. <p>Será admitida variação de até 10% exclusivamente nas dimensões do equipamento (altura, largura e profundidade), para mais ou para menos, considerando as variações</p> | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|

| | | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|--|
| | <p>existentes entre fabricantes e modelos disponíveis no mercado, desde que não haja prejuízo à funcionalidade e ao atendimento da necessidade administrativa.</p> <p>Requisitos Elétricos: Compatibilidade com as tensões de 110V ou 220V (a definir conforme local de instalação no ato da ordem de fornecimento).</p> <p>Garantia: Mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, com assistência técnica autorizada no Estado do Espírito Santo.</p> | | | | | | |
| | <p>TOTAL: R\$ 57.379,95 (cinquenta e sete mil, trezentos e setenta e nove reais e noventa e cinco centavos).</p> | | | | | | |

| ITEM | ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS | UNIDADE | MARCA/MODELO | QUANT. MÍN | QUANT. MÁX | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|--|---------|-----------------|------------|------------|----------------|--------------|
| 02 | <p>REFRIGERADOR DOMÉSTICO TIPO COMPACTO (FRIGOBAR), DE UMA PORTA, PROJETADO PARA OTIMIZAÇÃO DE ESPAÇO EM AMBIENTES DE ESCRITÓRIO E NÚCLEOS DE</p> | | ...XX../...XX.. | 01 | 15 | R\$1.926,33 | R\$28.894,95 |

| | | | | | | | | | | | | | |
|--|--|---------|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|
| | <p>ATENDIMENTO.</p> <p>Capacidade Líquida Total: Mínima de 120 litros e máxima de 125 litros.</p> <p>Cor: Branca.</p> <p>Desempenho e Eficiência:</p> <ul style="list-style-type: none"> · Potência Nominal: Mínima de 80 W; · Eficiência Energética: Classificação "A" (Selo PROCEL de economia de energia). <p>Configuração e Recursos:</p> <ul style="list-style-type: none"> · Controle de temperatura ajustável (termostato interno); · Compartimentos internos para latas, garrafas e prateleiras para organização de alimentos; · Compartimento de resfriamento extra (congelador interno); · <p>Pés</p> | UNIDADE | | | | | | | | | | | |
|--|--|---------|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|

| | | | | | | | | |
|--|---|--|--|--|--|--|--|--|
| | <p>estabilizadores com sistema de nivelamento.</p> <p>Dimensões aproximadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> · Altura: Entre 85 cm e 90 cm; · Largura: Entre 45 cm e 50 cm; · Profundidade: Entre 50 cm e 55 cm. <p>Será admitida variação de até 10% exclusivamente nas dimensões do equipamento (altura, largura e profundidade), para mais ou para menos, considerando as variações existentes entre fabricantes e modelos disponíveis no mercado, desde que não haja prejuízo à funcionalidade e ao atendimento da necessidade administrativa.</p> <p>Requisitos Elétricos:</p> <ul style="list-style-type: none"> · Disponibilidade nas tensões de 110V ou 220V (conforme demanda de cada unidade da | | | | | | | |
|--|---|--|--|--|--|--|--|--|

| | | | | | | | |
|--|---|--|--|--|--|--|--|
| | Defensoria Pública). | | | | | | |
| | Garantia: Mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, com assistência técnica autorizada no Estado do Espírito Santo. | | | | | | |
| | TOTAL: R\$ 28.894,95 (vinte e oito mil, oitocentos e noventa e quatro reais e noventa e cinco centavos). | | | | | | |

| ITEM | ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS | UNIDADE | MARCA/MODELO | QUANT. MÍN | QUANT. MÁX | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|--|---------|-----------------|------------|------------|----------------|---------------|
| 03 | FORNO DE MICRO-ONDAS DE USO DOMÉSTICO/COMERCIAL LEVE, COM GABINETE E CAVIDADE INTERNA EM MATERIAL RESISTENTE À CORROSÃO. Capacidade Útil: Mínima de 30 litros e máxima de 35 litros. Cor: Branca. Interface e Controle: <ul style="list-style-type: none"> · Painel de controle digital com display luminoso; · Funções pré-programadas (teclas de atalho para preparos | UNIDADE | ...XX../...XX.. | 01 | 40 | R\$ 974,83 | R\$ 38.993,20 |

| | | | | | | |
|--|---|--|--|--|--|--|
| | <p>rápidos);</p> <ul style="list-style-type: none"> · Funções de relógio e timer (temporizador) digital integrados. <p>Desempenho e Segurança:</p> <ul style="list-style-type: none"> · Potência Nominal: Mínima de 800 W; · Sistema de prato giratório para aquecimento uniforme; · Trava de segurança eletrônica (bloqueio de teclado/painel). <p>Eficiência Energética e Normatização:</p> <ul style="list-style-type: none"> · Classificação de Eficiência Energética: Nível "A" ou "B" (conforme Etiqueta Nacional de Conservação de Energia - ENCE/INMETRO); · Fabricação em estrita observância às normas técnicas vigentes (ABNT/Inmetro) aplicáveis a aparelhos eletrodomésticos. | | | | | |
|--|---|--|--|--|--|--|

| | | | | | | | |
|---------------|---|---|--|--|--|--|--|
| | <p>Requisitos</p> <p>Elétricos: Disponibilidade nas tensões de 110V ou 220V (a definir conforme local de instalação no ato da ordem de fornecimento).</p> <p>Acessórios e Documentação:</p> <ul style="list-style-type: none"> Acompanhado de manual de instruções de uso e instalação em língua portuguesa. <p>Garantia: Mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, com assistência técnica autorizada no Estado do Espírito Santo.</p> | | | | | | |
| TOTAL: | | R\$ 38.993,20 (trinta e oito mil, novecentos e noventa e três reais e vinte centavos). | | | | | |

| ITEM | ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS | UNIDADE | MARCA/MODELO | QUANT. MÍN | QUANT. MÁX | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|--|---------|-----------------|------------|------------|----------------|--------------|
| 04 | <p>SANDUICHEIRA ELÉTRICA PORTÁTIL</p> <p>Aparelho eletroportátil destinado ao preparo de alimentos (sanduíches e grelhados rápidos), com design compacto e funcional.</p> | UNIDADE | ...XX../...XX.. | 01 | 30 | R\$ 105,18 | R\$ 3.155,40 |

| | | | | | | |
|--|--|---------|--|--|--|--|
| | <p>Cor: Preta.</p> <p>Potência Nominal: Mínima de 750 W, garantindo aquecimento rápido e uniforme.</p> <p>Superfície de Aquecimento: Placas internas duplas (superior e inferior) com revestimento antiaderente de alta resistência, para evitar a aderência de resíduos e facilitar a higienização.</p> <p>Recursos de Segurança e Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> · Trava de segurança: Sistema de fechamento por presilha para prensagem adequada e proteção durante o uso; · Sinalização Luminosa: Luzes indicadoras de funcionamento (ligado) e de aquecimento concluído (pronto para uso); · Alça com | UNIDADE | | | | |
|--|--|---------|--|--|--|--|

| | | | | | | | |
|--|---|--|--|--|--|--|--|
| | <p>isolamento térmico (toque frio) para manuseio seguro.</p> <p>Requisitos Elétricos:</p> <ul style="list-style-type: none"> Disponibilidade nas tensões de 110V ou 220V (conforme demanda das unidades da Defensoria Pública). <p>Normatização: Fabricação em conformidade com as normas técnicas vigentes (ABNT/Inmetro).</p> <p>Garantia: Mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, com assistência técnica autorizada no Estado do Espírito Santo.</p> | | | | | | |
| | <p>TOTAL: R\$ 3.155,40 (três mil, cento e cinquenta e cinco reais e quarenta centavos).</p> | | | | | | |

| ITEM | ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS | UNIDADE | MARCA/MODELO | QUANT. MÍN | QUANT. MÁX | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|--|---------|-----------------|------------|------------|----------------|---------------|
| 05 | <p>TELEVISOR SMART TV LED 43"</p> <p>Aparelho de televisão com tecnologia Smart TV, destinado à exibição de conteúdos informativos,</p> | | ...XX../...XX.. | 01 | 20 | R\$ 2.006,51 | R\$ 40.130,20 |

| | | | | | | | |
|--|---|---------|--|--|--|--|--|
| | <p>treinamentos e entretenimento nas unidades da Defensoria Pública.</p> <p>Tecnologia do Painel: Display tipo LED com conversor digital integrado (DTV).</p> <p>Dimensões e Resolução:</p> <ul style="list-style-type: none"> · Tamanho da Tela: Mínimo de 43 polegadas (43"); · Resolução de Imagem: Full HD (mínimo de 1920 x 1080 pixels); · Recursos de Vídeo: Varredura progressiva (<i>Progressive Scan</i>) para maior fluidez de imagem. <p>Funcionalidades e Software:</p> <ul style="list-style-type: none"> · Sistema Smart: Wi-Fi integrado para acesso a aplicativos e conteúdos de rede; · Interface: Menu de configurações totalmente em | UNIDADE | | | | | |
|--|---|---------|--|--|--|--|--|

| | | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|--|
| | <p>Português (Brasil);</p> <ul style="list-style-type: none"> · Recursos de Programação: Timer On/Off, <i>Sleep Timer</i> (desligamento programado) e bloqueio de canais/conteúdo; · Gravação: Função de gravador de programas (PVR) via conexão externa. <p>Áudio e Acessibilidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> · Potência de Áudio: Mínima de 15 W RMS; · Recursos de Som: Estéreo; · Acessibilidade: Suporte a Legendas Ocultas (<i>Closed Caption</i>). <p>Conectividade (Interfaces):</p> <ul style="list-style-type: none"> · HDMI: Mínimo de 03 (três) entradas; · USB: Mínimo de 02 (duas) entradas; · Entrada de Rede (LAN/RJ45) e entrada de RF para antena. | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|--|

| | | | | | | | |
|--|---|--|--|--|--|--|--|
| | <p>Acessórios Inclusos:</p> <ul style="list-style-type: none"> · Controle remoto com pilhas; · Cabo de alimentação AC; · Base/Pés de apoio (pedestal); · Manual do usuário e termo de garantia em português. <p>Requisitos Elétricos: Alimentação bivolt automática (110V/220V).</p> <p>Garantia: Mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, com assistência técnica autorizada no Estado do Espírito Santo.</p> | | | | | | |
| | <p>TOTAL: R\$ 40.130,20 (quarenta mil, cento e trinta reais e vinte centavos).</p> | | | | | | |

| ITEM | ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS | UNIDADE | MARCA/MODELO | QUANT. MÍN | QUANT. MÁX | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|---|---------|-----------------|------------|------------|----------------|---------------|
| 06 | <p>TELEVISOR SMART TV LED 55"</p> <p>Aparelho de televisão com tecnologia Smart TV, tela de grandes dimensões,</p> | | ...XX../...XX.. | 01 | 05 | R\$ 2.827,51 | R\$ 14.137,55 |

| | | | | | | | | | | |
|--|---|----------|--|--|--|--|--|--|--|--|
| | <p>destinado a salas de reunião, auditórios ou áreas de recepção de grande fluxo da Defensoria Pública.</p> <p>Tecnologia do Painel: Display tipo LED com conversor digital integrado (DTV).</p> <p>Dimensões e Resolução:</p> <ul style="list-style-type: none"> · Tamanho da Tela: 55 polegadas (55"); · Resolução de Imagem: Mínima Full HD (1920 x 1080 pixels) ou superior (4K/UHD); · Recursos de Vídeo: Varredura progressiva (<i>Progressive Scan</i>) e processamento digital de imagem. <p>Funcionalidades Smart e Software:</p> <ul style="list-style-type: none"> · Conectividade: Wi-Fi integrado e entrada LAN (RJ45) para rede cabeada; · Interface: Sistema operacional com Menu | UNID ADE | | | | | | | | |
|--|---|----------|--|--|--|--|--|--|--|--|

| | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|
| | <p>de configurações e navegação totalmente em Português (Brasil);</p> <ul style="list-style-type: none">· Recursos de Programação: Timer On/Off (agendamento), <i>Sleep Timer</i> (desligamento automático) e sistema de bloqueio de canais/conteúdo por senha.· Gravação: Função de gravador de programas (PVR) via dispositivo USB externo. <p>Áudio e Acessibilidade:</p> <ul style="list-style-type: none">· Potência de Áudio: Mínima de 15 W RMS;· Recursos de Som: Sistema estéreo com redutor de ruídos;· Acessibilidade: Suporte a Legendas Ocultas (<i>Closed Caption</i>) e descrição de áudio (quando disponível na transmissão). <p>Conectividade</p> | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|

| | | | | | |
|---|--|--|--|--|--|
| <p>(Interfaces):</p> <ul style="list-style-type: none"> · HDMI: Mínimo de 03 (três) entradas (para conexão simultânea de computadores e receptores); · USB: Mínimo de 02 (duas) entradas para reprodução de mídia e gravação. <p>Acessórios e Instalação:</p> <ul style="list-style-type: none"> · Controle remoto com pilhas inclusas; · Cabo de alimentação AC; · Base/Pés de apoio originais; · Manual do usuário e termo de garantia em língua portuguesa. <p>Requisitos Elétricos: Alimentação bivolt automática (110V/220V).</p> <p>Garantia: Mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, com assistência técnica autorizada no Estado do Espírito Santo.</p> | | | | | |
|---|--|--|--|--|--|

| | | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|--|
| | | | | | | | |
| TOTAL: <i>R\$14.137,55 (quatorze mil, cento e trinta e sete reais e cinquenta e cinco centavos).</i> | | | | | | | |

VALOR TOTAL DA ATA:

R\$182.691,25 (cento e oitenta e dois mil, seissentos e noventa e um reais e vinte e cinco centavos).

Cidade, xx de xxx de xxxx.

...EMPRESA...

Nome do Representante

Instruções de preenchimento:

- A licitante deverá informar os preços por item, total do item e total global da proposta, seguindo a numeração constante no edital.*
- Os valores unitários e totais deverão ser grafados somente até os centavos. A proposta de preços deverá estar datada e assinada.*

ANEXO IV – DADOS COMPLEMENTARES DO LICITANTE

| IDENTIFICAÇÃO DO CERTAME | | | |
|---|--------------------|--|----------------------------|
| Pregão Eletrônico: ..xx../202X | | Data de abertura: ..xx../xx../xxxx..... | |
| | | | |
| DADOS DA LICITANTE | | | |
| Nome da empresa: | | CNPJ: | Endereço: |
| CEP: | Telefone: | Telefone: | E-mail: |
| | | | |
| DADOS BANCÁRIOS | | | |
| Banco: | Agência: | Conta: | Tipo de Conta: |
| | | | |
| DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL PARA ASSINATURA DO CONTRATO | | | |
| Nome: | | CPF: | RG/órgão emissor: |
| Instrumento de Outorga de Poderes: | | Telefone: | Telefone: |
| | | | |
| CERTIFICAÇÃO DIGITAL | | | |
| O representante legal assinará o contrato possui certificação digital ICP Brasil? | | () Sim | () Não |

ANEXO V – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo n.º 00000468/2026

Pregão n.º XXX/XXXX

ID CiudadES n.º XXXXXX

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º XXX/202XX

Pelo presente instrumento, a **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, inscrita no CNPJ sob o n.º 00.671.513/0001-24, com sede na Praça Manoel Silvino Monjardim, 54, Centro, Vitória/ES, CEP 29.010-520, representada legalmente pelo seu Segundo Subdefensor Público-Geral Dr. Leonardo Grobberio Pinheiro, brasileiro, delegação de competência concedida pela Portaria DPES n.º 948, publicada no Diário Oficial do Espírito Santo em 02 de setembro de 2024, com endereço profissional na Praça Manoel Monjardim, 54, Centro, Vitória/ES, CEP 29010-520, considerando o julgamento da licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, realizado pelo sistema de **REGISTRO DE PREÇOS**, registrado no Processo de n.º 00000468/2026, publicada no **....DIÁRIO OU PNCP..... em de de 20...**, e a respectiva homologação exarada no documento **.....** do processo acima informado, RESOLVE registrar os preços da empresa **.....**, pessoa jurídica de natureza privada, inscrita no CNPJ sob n.º **.....**, com endereço **.....**, neste ato representado por **.....**, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação alcançada por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório, **Edital do pregão n.º XXXX** e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei n.º 14.133/2021, no Decreto n.º 11.462/2023 e Decreto Estadual n.º 5354-R/2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS.**

2. DO PREÇO

2.1. Os preços registrados, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada coincidem com os preços definidos no Anexo I desta Ata e, nela, estão inclusas todas as espécies de tributos, diretos e indiretos, encargos sociais, seguros, fretes, material, mão-de-obra e quaisquer despesas inerentes à compra.

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE

3.1. O órgão gerenciador desta Ata é a DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

3.2. Além do gerenciador, não há entidades públicas participantes do Registro de Preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.2. Não serão admitidas adesões a referida Ata de Registro de Preços.

5. DA VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos

orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de **autorização de fornecimento**, conforme o art. 95 da Lei n.º 14.133/2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2, deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei n.º 14.133/2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela.

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei n.º 14.133/2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a

ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei n.º 14.133/2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei n.º 14.133/2021:

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei n.º 14.133/2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso, desde que:

7.2.1. O requerimento seja formulado antes da formalização do contrato ou aceite da ordem de fornecimento ou execução;

7.2.2. A modificação das condições que impactam na formação do preço seja substancial e extraordinária, de forma a caracterizar alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor da ARP e os da Administração Pública; e

7.2.3. Seja efetivamente comprovada a desatualização, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas;

7.2.4. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei n.º 14.133/2021, e na legislação aplicável;

7.2.5. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7;

7.2.6. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa;

7.2.7. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará poderá:

7.2.7.1. Efetuar a atualização do preço registrado, nos termos requeridos pelo fornecedor, mediante celebração de termo aditivo; ou

7.2.7.2. Cancelar o preço registrado, liberando o fornecedor do compromisso assumido, sem a aplicação de sanções administrativas.

8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não formalizar o contrato ou a retirada da autorização de fornecimento, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto n.º 11.462/2023, bem como Decreto Estadual 5354-R/2023; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei n.º 14.133/2021.

8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. Por razão de interesse público;

8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às

contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

9.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 8.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10. DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES

10.1. Integram esta Ata de Registro de Preços, como partes indissociáveis e independentemente de transcrição, os documentos e instruções que compõem o Processo n.º 0000468/2026 o Termo de Referência, o Edital de Licitação e a Proposta Comercial do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência parte integrante desta Ata.

12. DO FORO

12.1. Fica eleito o foro de Vitória, Comarca da Capital do Estado do Espírito Santo, para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, para igual distribuição, para que produza seus efeitos legais.

Vitória, data e hora da última assinatura eletrônica

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

LEONARDO GROBBERIO PINHEIRO

Segundo Subdefensor Público-Geral

Assinado eletronicamente

NOME DA CONTRATADA

**NOME DO REPRESENTANTE COM PODERES PARA FIRMAR
COPROMISSO**

Assinado eletronicamente

ANEXO I – REGISTRO DE PREÇOS DO FORNECEDOR ADJUDICADO

FORNECEDOR:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

REPRESENTANTE:

| GRUPO 01 | | | | |
|----------|---|-------------------------|-------------------|-------------------|
| ITEM | DESCRIÇÃO | UNIDADE DE FORNECIMENTO | QUANTIDADE MINIMA | QUANTIDADE MAXIMA |
| 01 | <p>REFRIGERADOR DOMÉSTICO, TIPO DUPLEX (02 PORTAS), COMPOSTO POR REFRIGERADOR E FREEZER INDEPENDENTES.</p> <p>Capacidade Total Líquida: Mínima de 300 litros e máxima de 342 litros.</p> <p>Sistema de Degelo: Tecnologia <i>Frost Free</i> (degelo automático).</p> <p>Eficiência Energética: Classificação "A" no Selo PROCEL de economia de energia.</p> <p>Configuração Interna:</p> <ul style="list-style-type: none"> Prateleiras internas removíveis e reguláveis para otimização de espaço; Gaveta específica para guarda de legumes/vegetais; Sistema de iluminação interna (LED ou incandescente protegida). <p>Recursos de Controle: Termostato para controle de temperatura ajustável.</p> <p>Estrutura Externa:</p> <ul style="list-style-type: none"> Cor: Branca; Pés estabilizadores com nivelamento. | UNIDADE | 01 | 15 |

| | | | |
|---|--|--|--|
| <p>Dimensões Aproximadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Altura: Entre 1,50 m e 1,70 m; • Largura: Entre 50 cm e 60 cm; • Profundidade: Entre 60 cm e 70 cm. <p>Será admitida variação de até 10% exclusivamente nas dimensões do equipamento (altura, largura e profundidade), para mais ou para menos, considerando as variações existentes entre fabricantes e modelos disponíveis no mercado, desde que não haja prejuízo à funcionalidade e ao atendimento da necessidade administrativa.</p> <p>Requisitos</p> <p>Elétricos: Compatibilidade com as tensões de 110V ou 220V (a definir conforme local de instalação no ato da ordem de fornecimento).</p> <p>Garantia: Mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, com assistência técnica autorizada no Estado do Espírito Santo.</p> | | | |
|---|--|--|--|

| GRUPO 02 | | | | |
|----------|---|-------------------------|-------------------|-------------------|
| ITEM | DESCRIÇÃO | UNIDADE DE FORNECIMENTO | QUANTIDADE MINIMA | QUANTIDADE MAXIMA |
| 02 | REFRIGERADOR DOMÉSTICO TIPO COMPACTO (FRIGOBAR), DE | UNIDADE | 01 | 15 |

| | | | |
|---|--|--|--|
| <p>UMA PORTA, PROJETADO PARA OTIMIZAÇÃO DE ESPAÇO EM AMBIENTES DE ESCRITÓRIO E NÚCLEOS DE ATENDIMENTO.</p> <p>Capacidade Líquida Total: Mínima de 120 litros e máxima de 125 litros.</p> <p>Cor: Branca.</p> <p>Desempenho e Eficiência:</p> <ul style="list-style-type: none"> Potência Nominal: Mínima de 80 W; Eficiência Energética: Classificação "A" (Selo PROCEL de economia de energia). <p>Configuração e Recursos:</p> <ul style="list-style-type: none"> Controle de temperatura ajustável (termostato interno); Compartimentos internos para latas, garrafas e prateleiras para organização de alimentos; Compartimento de resfriamento extra (congelador interno); Pés estabilizadores com sistema de nivelamento. <p>Dimensões aproximadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> Altura: Entre 85 cm e 90 cm; Largura: Entre 45 cm e 50 cm; Profundidade: Entre 50 cm e 55 cm. <p>Será admitida variação de até</p> | | | |
|---|--|--|--|

| | | | |
|--|--|--|--|
| <p>10% exclusivamente nas dimensões do equipamento (altura, largura e profundidade), para mais ou para menos, considerando as variações existentes entre fabricantes e modelos disponíveis no mercado, desde que não haja prejuízo à funcionalidade e ao atendimento da necessidade administrativa.</p> <p>Requisitos Elétricos:</p> <ul style="list-style-type: none"> Disponibilidade nas tensões de 110V ou 220V (conforme demanda de cada unidade da Defensoria Pública). <p>Garantia: Mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, com assistência técnica autorizada no Estado do Espírito Santo.</p> | | | |
|--|--|--|--|

| GRUPO 03 | | | | |
|----------|--|-------------------------|-------------------|-------------------|
| ITEM | DESCRIÇÃO | UNIDADE DE FORNECIMENTO | QUANTIDADE MINIMA | QUANTIDADE MAXIMA |
| 03 | <p>FORNO DE MICRO-ONDAS DE USO DOMÉSTICO/COMERCIAL LEVE, COM GABINETE E CAVIDADE INTERNA EM MATERIAL RESISTENTE À CORROSÃO.</p> <p>Capacidade Útil: Mínima de 30 litros e máxima de 35 litros.</p> | UNIDADE | 01 | 40 |

| | | | |
|---|--|--|--|
| <p>Cor: Branca.</p> <p>Interface e Controle:</p> <ul style="list-style-type: none"> · Painel de controle digital com display luminoso; · Funções pré-programadas (teclas de atalho para preparos rápidos); · Funções de relógio e timer (temporizador) digital integrados. <p>Desempenho e Segurança:</p> <ul style="list-style-type: none"> · Potência Nominal: Mínima de 800 W; · Sistema de prato giratório para aquecimento uniforme; · Trava de segurança eletrônica (bloqueio de teclado/painel). <p>Eficiência Energética e Normatização:</p> <ul style="list-style-type: none"> · Classificação de Eficiência Energética: Nível "A" ou "B" (conforme Etiqueta Nacional de Conservação de Energia - ENCE/INMETRO); · Fabricação em estrita observância às normas técnicas vigentes (ABNT/Inmetro) aplicáveis a aparelhos eletrodomésticos. <p>Requisitos</p> | | | |
|---|--|--|--|

| | | | | |
|--|--|--|--|--|
| | <p>Elétricos: Disponibilidade nas tensões de 110V ou 220V (a definir conforme local de instalação no ato da ordem de fornecimento).</p> <p>Acessórios e Documentação:</p> <ul style="list-style-type: none"> Acompanhado de manual de instruções de uso e instalação em língua portuguesa. <p>Garantia: Mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, com assistência técnica autorizada no Estado do Espírito Santo.</p> | | | |
|--|--|--|--|--|

| GRUPO 04 | | | | |
|----------|---|-------------------------|---------------------|---------------------|
| ITEM | DESCRIÇÃO | UNIDADE DE FORNECIMENTO | QUANTIDADE E MINIMA | QUANTIDADE E MAXIMA |
| 04 | <p>SANDUICHEIRA ELÉTRICA PORTÁTIL</p> <p>Aparelho eletroportátil destinado ao preparo de alimentos (sanduíches e grelhados rápidos), com design compacto e funcional.</p> <p>Cor: Preta.</p> <p>Potência Nominal: Mínima de 750 W, garantindo aquecimento rápido e</p> | UNIDADE | 01 | 30 |

| | | | |
|---|--|--|--|
| <p>uniforme.</p> <p>Superfície de Aquecimento: Placas internas duplas (superior e inferior) com revestimento antiaderente de alta resistência, para evitar a aderência de resíduos e facilitar a higienização.</p> <p>Recursos de Segurança e Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> · Trava de segurança: Sistema de fechamento por presilha para prensagem adequada e proteção durante o uso; · Sinalização Luminosa: Luzes indicadoras de funcionamento (ligado) e de aquecimento concluído (pronto para uso); · Alça com isolamento térmico (toque frio) para manuseio seguro. <p>Requisitos Elétricos:</p> <ul style="list-style-type: none"> · Disponibilidade nas tensões de 110V ou 220V (conforme demanda das unidades da Defensoria Pública). <p>Normatização: Fabricação em conformidade com as normas técnicas vigentes (ABNT/Inmetro).</p> <p>Garantia: Mínima de 12 (doze) meses contra</p> | | | |
|---|--|--|--|

| | | | | |
|--|---|--|--|--|
| | defeitos de fabricação, com assistência técnica autorizada no Estado do Espírito Santo. | | | |
|--|---|--|--|--|

| GRUPO 05 | | | | |
|----------|---|-------------------------|---------------------|---------------------|
| ITEM | DESCRIÇÃO | UNIDADE DE FORNECIMENTO | QUANTIDADE E MINIMA | QUANTIDADE E MAXIMA |
| 05 | <p>TELEVISOR SMART TV LED 43"</p> <p>Aparelho de televisão com tecnologia Smart TV, destinado à exibição de conteúdos informativos, treinamentos e entretenimento nas unidades da Defensoria Pública.</p> <p>Tecnologia do Pannel: Display tipo LED com conversor digital integrado (DTV).</p> <p>Dimensões e Resolução:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tamanho da Tela: Mínimo de 43 polegadas (43"); • Resolução de Imagem: Full HD (mínimo de 1920 x 1080 pixels); • Recursos de Vídeo: Varredura progressiva (<i>Progressive Scan</i>) para maior fluidez de imagem. <p>Funcionalidades e</p> | UNIDADE | 01 | 20 |

| | | | | |
|--|---|--|--|--|
| | <p>Software:</p> <ul style="list-style-type: none"> · Sistema Smart: Wi-Fi integrado para acesso a aplicativos e conteúdos de rede; · Interface: Menu de configurações totalmente em Português (Brasil); · Recursos de Programação: Timer On/Off, <i>Sleep Timer</i> (desligamento programado) e bloqueio de canais/conteúdo; · Gravação: Função de gravador de programas (PVR) via conexão externa. <p>Áudio e Acessibilidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> · Potência de Áudio: Mínima de 15 W RMS; · Recursos de Som: Estéreo; · Acessibilidade: Suporte a Legendas Ocultas (<i>Closed Caption</i>). <p>Conectividade (Interfaces):</p> <ul style="list-style-type: none"> · HDMI: Mínimo de 03 (três) entradas; · USB: Mínimo de 02 (duas) entradas; · Entrada de Rede (LAN/RJ45) e entrada de RF para antena. <p>Acessórios Inclusos:</p> <ul style="list-style-type: none"> · Controle remoto com | | | |
|--|---|--|--|--|

| | | | | |
|--|--|--|--|--|
| | <p>pilhas;</p> <ul style="list-style-type: none"> · Cabo de alimentação AC; · Base/Pés de apoio (pedestal); · Manual do usuário e termo de garantia em português. <p>Requisitos Elétricos: Alimentação bivolt automática (110V/220V). Garantia: Mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, com assistência técnica autorizada no Estado do Espírito Santo.</p> | | | |
|--|--|--|--|--|

| GRUPO 06 | | | | |
|----------|---|-------------------------|---------------------|---------------------|
| ITEM | DESCRIÇÃO | UNIDADE DE FORNECIMENTO | QUANTIDADE E MINIMA | QUANTIDADE E MAXIMA |
| 06 | <p>TELEVISOR SMART TV LED 55"</p> <p>Aparelho de televisão com tecnologia Smart TV, tela de grandes dimensões, destinado a salas de reunião, auditórios ou áreas de recepção de grande fluxo da Defensoria Pública.</p> <p>Tecnologia do Pannel: Display tipo LED com conversor digital</p> | UNIDADE | 01 | 05 |

| | | | |
|--|--|--|--|
| <p>integrado (DTV).</p> <p>Dimensões e Resolução:</p> <ul style="list-style-type: none"> · Tamanho da Tela: 55 polegadas (55"); · Resolução de Imagem: Mínima Full HD (1920 x 1080 pixels) ou superior (4K/UHD); · Recursos de Vídeo: Varredura progressiva (<i>Progressive Scan</i>) e processamento digital de imagem. <p>Funcionalidades Smart e Software:</p> <ul style="list-style-type: none"> · Conectividade: Wi-Fi integrado e entrada LAN (RJ45) para rede cabeada; · Interface: Sistema operacional com Menu de configurações e navegação totalmente em Português (Brasil); · Recursos de Programação: Timer On/Off (agendamento), <i>Sleep Timer</i> (desligamento automático) e sistema de bloqueio de canais/conteúdo por senha. · Gravação: Função de gravador de programas (PVR) via dispositivo USB externo. <p>Áudio e Acessibilidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> · Potência de Áudio: Mínima de 15 W | | | |
|--|--|--|--|

| | | | |
|--|--|--|--|
| <p>RMS;</p> <ul style="list-style-type: none"> · Recursos de <p>Som: Sistema estéreo com redutor de ruídos;</p> <ul style="list-style-type: none"> · Acessibilidade: Suporte a Legendas Ocultas (<i>Closed Caption</i>) e descrição de áudio (quando disponível na transmissão). <p>Conectividade (Interfaces):</p> <ul style="list-style-type: none"> · HDMI: Mínimo de 03 (três) entradas (para conexão simultânea de computadores e receptores); · USB: Mínimo de 02 (duas) entradas para reprodução de mídia e gravação. <p>Acessórios e Instalação:</p> <ul style="list-style-type: none"> · Controle remoto com pilhas inclusas; · Cabo de alimentação AC; · Base/Pés de apoio originais; · Manual do usuário e termo de garantia em língua portuguesa. <p>Requisitos</p> <p>Elétricos: Alimentação bivolt automática (110V/220V).</p> <p>Garantia: Mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, com assistência técnica</p> | | | |
|--|--|--|--|

| | | | | |
|--|--|--|--|--|
| | autorizada no Estado do Espírito Santo. | | | |
|--|--|--|--|--|

ANEXO II – CADASTRO DE RESERVA

Não há licitantes no cadastro de reserva, conforme consta nos autos do
processo 00000468/2026, documento XXXXX

Ordem de classificação de fornecedores que aceitaram cotar os itens
com preços iguais ao adjudicatário.

1º -

FORNECEDOR: [REDACTED]

CNPJ: [REDACTED]

ENDEREÇO: [REDACTED]

TELEFONE: [REDACTED]

REPRESENTANTE: [REDACTED]

LOTE 01

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | MARCA | MODELO |
|------|---------------|-------|--------|
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |

2º -

FORNECEDOR: [REDACTED]

CNPJ: [REDACTED]

ENDEREÇO: [REDACTED]

TELEFONE: [REDACTED]

REPRESENTANTE: [REDACTED]

LOTE 01

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | MARCA | MODELO |
|------|---------------|-------|--------|
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |

ANEXO III – ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO

Ordem de classificação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

1º -

FORNECEDOR: [REDACTED]

CNPJ: [REDACTED]

ENDEREÇO: [REDACTED]

TELEFONE: [REDACTED]

REPRESENTANTE: [REDACTED]

LOTE 01

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | MARCA | MODELO |
|------|---------------|-------|--------|
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |

2º -

FORNECEDOR: [REDACTED]

CNPJ: [REDACTED]

ENDEREÇO: [REDACTED]

TELEFONE: [REDACTED]

REPRESENTANTE: [REDACTED]

LOTE 01

| ITE M | ESPECIFICAÇÃ O | MARC A | MODEL O | QN T MÍN | QNT MÁ X | VALO R UNIT. | VALO R TOTA L |
|----------|-------------------|-----------|------------|----------------|----------------|--------------------|------------------------|
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |